

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações
e Sistemas Públicos

SILMARA HELENA CAPOVILLA

**Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à
violência de gênero e contra as mulheres:
Subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na
UFSCar**

**São Carlos, SP
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações
e Sistemas Públicos

SILMARA HELENA CAPOVILLA

**Mapeamento de experiências existentes nas universidades federais no combate à
violência de gênero e contra as mulheres:
Subsídios para a construção do Observatório de Gênero Mulheres e Violência na
UFSCar**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em
Gestão de Organizações e Sistemas Públicos para a
obtenção de título de mestre em Gestão de
Organizações e Sistemas Públicos.

Orientação: Prof^a Dr^a Maria Cristina Comunian Ferraz

Co-orientação: Prof^o. Dr.^o Sergio Azevedo Fonseca

**São Carlos, SP
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

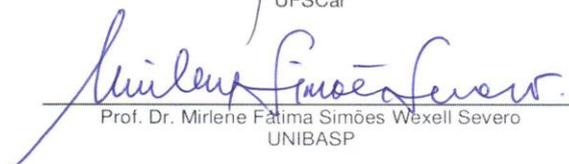
Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Silmara Helena Capovilla, realizada em 01/11/2016:



Prof. Dra. Maria Cristina Comunian Ferraz
UFSCar

Prof. Dr. Mauro Rocha Cortes
UFSCar



Prof. Dr. Mirlene Fátima Simões Wexell Severo
UNIBASP

Dedico este trabalho as mulheres guerreiras da minha família. Fortes, complexas e humanas. Aos meus filhos amados de todo o coração, Maria Clara e Eduardo. Nada faria sentido se não fosse por vocês. Ao meu companheiro Francisco que se dispôs a mudar sua concepção de mundo para me ajudar em tudo que preciso.

Agradeço,

Aos meus orientadores Maria Cristina C. Ferraz e Sérgio A. Fonseca por toda a gentileza e conhecimento que me dedicaram. Ao professor Felipe Gomes amigo e mentor. Ao professor Augusto Caccia-Bava por sua colaboração prestada as minhas dúvidas iniciais. Aos professores Mauro e Mirlene que participaram da banca, muito obrigada pela compreensão e contribuições sugeridas.

A UFSCar por proporcionar aos técnico-administrativos a possibilidade de qualificação profissional e enriquecimento pessoal por meio dos estudos.

Aos meus colegas do PPGGOSP cujas experiências ajudaram a compreender as diferenciadas visões do mundo e o respeito pela diversidade de todas as pessoas. A Vânia H. Gonçalves pelo companheirismo durante essa jornada que trilhamos juntas.

A todas amigas e amigos da Biblioteca Comunitária que tiveram paciência me ajudando no meu trabalho do dia-a-dia. A Sheila Rizzo, Silmara Cavaretti, Claudia Costa, Carina Mota e Neusa Bellobraydic, por serem minhas ouvintes especiais parceiras nos momentos de tensão. A Ligia Souza e Camila Cassiavilani pela compreensão que me dispensaram para que pudesse realizar minha pesquisa.

A professora Marlene Junqueira meus agradecimentos especiais. Essa mulher foi a primeira pessoa que acreditou em mim. Apostou na minha pessoa. Seu exemplo de mulher, educadora e trabalhadora me inspira até hoje.

Epígrafe

“... Respeito muito minhas lágrimas
Mas ainda mais minha risada
Inscrevo, assim, minhas palavras
Na voz de uma mulher sagrada
Vaca profana põe teus cornos
Pra fora e acima da manada
Vaca profana põe teus cornos
Pra fora e acima da man...
Dona das divinas tetas
Derrama o leite bom na minha cara
E o leite mau na cara dos caretas...”

(Caetano Veloso)

Resumo

A pesquisa tem como perspectiva levantar algumas ações inovadoras encontradas nas universidades federais brasileiras que tenham como proposta o combate à violência de gênero e contra as mulheres. A ideia é que o estudo contribua para a criação de práticas administrativas e pedagógicas, que permitam a constituição de projetos e soluções alternativas para a gestão dos conflitos das relações de gênero dentro das próprias universidades. Para o levantamento dessas ações se optou por uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, qualitativa que fez o uso da análise de conteúdo. A partir do material analisado foram definidas as categorias: experiências exitosas consolidadas e experiências exitosas recentes desenvolvidas por essas universidades em relação ao combate à violência de gênero e contra as mulheres. Como resultado, a pesquisa demonstra que há necessidade de práticas de coleta, organização, tratamento e disseminação contínua de informações geradas pelas IFES. A proposta de intervenção dessa pesquisa é, portanto, a concepção de um Observatório de Gênero, Mulheres e Violência para o Projeto de Extensão ACIEPE/Mulheres na Administração Pública da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar buscando parcerias com a SAADE, NIASE, LAPREV, núcleo de estudos QUERERES que estão localizados na UFSCar, bem como promover aproximação com a comunidade de São Carlos. O objetivo da criação do Observatório é promover a identificação de políticas de combate à violência, o mapeamento de redes de acolhimento, o acompanhamento de indicadores, elaboração de propostas e a disponibilização de informações relevantes encontradas sobre o tema nas universidades federais pesquisadas, disponibilizando de forma organizada e sistemática para diferente públicos. Para que a práxis aconteça é preciso compreender o caminho trilhado por mulheres e homens, especificamente no mundo acadêmico no combate a violência contra a mulher.

Palavras-chaves: Combate a violência contra mulheres. Gênero. Universidades

Abstract

The research aims to raise some innovative actions found in Brazilian federal universities that have as a proposal the fight against gender violence and against women. The idea is that the study contributes to the creation of administrative and pedagogical practices that allow the constitution of projects and alternative solutions for the management of conflicts of gender relations within the universities themselves. For the survey of these actions we opted for an exploratory, bibliographical and documentary qualitative research that made use of the content analysis. From the material analyzed, the categories were defined: consolidated successful experiences and recent successful experiences developed by these universities in relation to the fight against gender violence and against women. As a result, the research demonstrates that there is a need for collection, organization, treatment and continuous dissemination of information generated by the IFES. The proposal of intervention of this research is therefore the conception of a Gender, Women and Violence Observatory for the Extension Project ACIEPE / Women in the Public Administration of the Federal University of São Carlos-UFSCar seeking partnerships with SAADE, NIASE, LAPREV, Nucleus of studies YOU WANT that are located in UFSCar, as well as to promote rapprochement with the community of São Carlos. The objective of the creation of the Observatory is to promote the identification of policies to combat violence, the mapping of host networks, the monitoring of indicators, the preparation of proposals and the availability of relevant information found on the subject in the federal universities surveyed. Organized and systematic for different audiences. For praxis to happen, it is necessary to understand the path taken by women and men, specifically in the academic world in the fight against violence against women.

Keywords: Combating violence against women. Genre. Universities

Lista de Ilustrações**Lista de fluxogramas**

Fluxograma 01- Desenvolvimento de uma análise: Esquema de Bardin.....	25
Fluxograma 02 - Dinâmica de trabalho com projetos de ações pedagógicas.....	29
Fluxograma 03- Fases principais da pesquisa.....	30

Lista de Gráficos

Gráfico 01- Distribuição das universidades federais por região do país.....	34
Gráfico 02 - Cursos, grupos de estudo, laboratórios, observatórios, núcleos de estudo e pesquisa, premiações.....	60
Gráfico 03 - Tipos de violências.....	60

Lista de Quadros:

Quadro 01 - Demonstração das principais abordagens feministas.....	36
Quadro 02 - Planejamento do trabalho: sistematização de ideias iniciais.....	56
Quadro 03- Principais ações, iniciativas encontradas nas universidades federais.....	57
Quadro 04 - Categorias intermediárias (1).....	58
Quadro 05 - Categorias intermediárias (2).....	59
Quadro 06 - Categorias intermediárias (3).....	62
Quadro 07 - Experiências exitosas consolidadas: Os núcleos de estudos.....	64
Quadro 08 - Estrutura organizacional do OBSERVE.....	66
Quadro 09 - Experiências exitosas/ recentes.....	68
Quadro 10 – Experiências exitosas na UFSCar.....	74
Quadro 11 - Matriz analítica: Indicadores, análise, prognósticos, soluções.....	77
Quadro 12 - Matriz analítica: recursos humanos, financeiros, obstáculos, cronograma.....	78

Abreviaturas e siglas

ACIEPE - Atividade Curricular e de Integração Ensino Pesquisa e Extensão

ACS/UFPR - Assessoria de Comunicação Social/Universidade Federal Paraná

PAP - Plano de Ação Pedagógica

AGENDE - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDHIS /UFU - Centro de Documentação e Pesquisa em História/ Universidade Federal de Uberlândia

CEPIA - (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação)

CIFG - Centro do Interesse Feminista e de Gênero

CLADEM/Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres)

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FFCH/ UFBA - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

GPEM/UFPA - Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulheres e Relações de Gênero da Universidade Federal do Pará

IES - Instituições de Ensino Superior

LAPREV - Laboratório de prevenção da Violência;

LGBT - lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

MEC - Ministério da Educação

MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

NEG/UFPR - Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná

NEGUEM/UFU- Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal Uberlândia

NEIM/UFBA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia

NEPEM/UFMG– Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal Minas Gerais

NEPeM/UnB -Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília

NEPP-DH/UFRJ - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

NIASE/UFSCar - Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa/ Universidade Federal de São Carlos

NIEM/UFRGS Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OBIG – Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

OBSERVE - Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres

PPGNEIM/UFBA – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia

REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero

SAADE /UFSCar– Secretaria de Ações Afirmativas Diversidade e Equidade/ Universidade Federal de São Carlos

SAJU/UFRGS - Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SECOM/ UNB – Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SPPM- Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres

THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero – Porto Alegre/RS

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal Minas Gerais

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFPR- Universidade Federal do Paraná

VCM- Violência contra mulheres

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Objetivo geral.....	18
1.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 Justificativa.....	19
2 METODOLOGIA.....	22
2.1 A pesquisa bibliográfica e documental.....	23
2.2 A análise de conteúdo.....	24
2.3 A coleta de dados.....	26
2.4 A proposta de intervenção – Metodologia.....	28
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
3.1 A pesquisa bibliográfica: construção do referencial teórico.....	31
3.2 O Campo científico.....	31
3.3 As Instituições de Ensino Superior (IES): universidades federais.....	33
3.4 Gênero, mulheres e violência simbólica.....	35
3.5 A participação das mulheres na esfera pública: breve olhar.....	38
3.6 A participação das mulheres no mundo do trabalho.....	39
3.7 A mulher na administração pública brasileira: as precursoras	43
3.8 O ingresso das mulheres nas universidades do Brasil.....	46
3.8.1 As primeiras discentes das universidades brasileiras.....	47
3.8.2 As primeiras docentes das universidades brasileiras.....	50
3.9 Violência simbólica e dominação masculina.....	51
3.10 A superação da opressão: a pedagogia do oprimido e as mulheres.....	53
4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	55
4.1 Definição da estratégia de busca, sistematização, coleta e análise de dados.....	55
4.2 Experiências exitosas consolidadas: os núcleos de estudo em gênero e mulheres...62	
4.3 Experiências exitosas recentes: ações diferenciadas de abordagem.....	67

5 PROPOSTA DE AÇÃO DE INTERVENÇÃO.....	71
5.1 Definição de Observatório	72
5.2 Proposta de intervenção: Observatório gênero Mulheres e Universidade.....	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE	94
Apêndice A - Metodologia para coleta de dados.....	94
Apêndice B- Formulário de análise de conteúdo.....	95
Apêndice C - Matriz analítica (1).....	96
Apêndice D- Matriz analítica (2).....	97

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como perspectiva levantar algumas ações inovadoras encontradas nas universidades federais brasileiras que tenham como proposta o combate à violência de gênero e contra as mulheres. A ideia é que o estudo contribua para a criação de práticas administrativas e pedagógicas que permitam a constituição de projetos e soluções alternativas para a gestão dos conflitos das relações de gênero nas universidades.

A proposta de intervenção desta pesquisa é a concepção de um Observatório de Gênero, Mulheres e Violência inicialmente em parceria com a Atividade de Extensão ACIEPE/Mulheres na Administração Pública da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

Segundo Ferraz (2015) a Atividade Curricular e de Integração Ensino Pesquisa e Extensão Mulheres na Administração Pública (ACIEPE) tem como objetivo principal discutir o papel da mulher na administração pública. Essas discussões são subsidiadas por ações de coleta, organização e tratamento da informação relacionada ao tema. As ações são construídas pela equipe de trabalho composta por servidoras docentes, técnicas administrativas e alunas da pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos - PPGGOSP.

Com a oferta da disciplina se espera levar para alunos e alunas de graduação e outros interessados os novos desafios e as contribuições das mulheres para o enfrentamento de problemas e superação de obstáculos. Pertence à linha de Pesquisa de Direitos de grupos sociais - "Questão de gênero, etnia e inclusão social de grupos sociais".

Esta pesquisa reconhece o valor dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres das diversas áreas de atuação e conhecimento, entende a importância da disponibilização dessas informações dentro e fora da universidade e a necessidade da criação de redes de atendimento às mulheres vítimas de violência, sejam no âmbito local, regional e nacional.

O objetivo da criação do Observatório é promover a identificação de políticas de combate à violência, o mapeamento de redes de acolhimento, acompanhamento de indicadores, elaboração de propostas e a disponibilização de informações relevantes encontradas sobre o tema nas universidades federais pesquisadas.

A pesquisa demonstra que há necessidade de práticas sistemáticas de coleta, organização, tratamento e disseminação contínua de informações geradas pelas IFES, que podem ser disponibilizadas por meio do Observatório.

A Atividade Curricular e de Integração Ensino Pesquisa e Extensão Mulheres na Administração Pública é ministrada uma vez por ano, durante um semestre.

A percepção do interesse crescente de alunas, servidoras docentes e técnicas administrativas por essa atividade, ressaltou a necessidade de tratar de forma contínua sobre o tema, bem como estabelecer vínculos com outros atores sociais envolvidos.

Durante o processo de pesquisa levantou-se outras ações desenvolvidas na UFSCar, como grupos de estudo, laboratórios, núcleos de pesquisa como potenciais e fundamentais parceiros para o desenvolvimento do Observatório Gênero, Mulheres e Violência. Dentre essas ações se destacam: LAPREV - Laboratório de Prevenção da Violência; Grupo de estudos - Relações de Gênero, Feminismo Dialógico; SAADE - Secretaria de Ações afirmativas diversidade e Equidade; Núcleo de Pesquisa Quereres.

Entende-se que a criação do Observatório permitirá diversas parcerias com o propósito de realizar, pesquisar, disponibilizar informações, de acordo com a necessidade apresentada pelos participantes e outros interessados de forma ininterrupta.

Para atingir o objetivo, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre violência simbólica, gênero, mulheres e opressão. Posteriormente foi realizada uma análise documental que se iniciou por meio de palavras-chave previamente selecionadas, utilizando-se a ferramenta de busca dos sites das sessenta e três universidades federais do Brasil, a fim de identificar experiências exitosas consolidadas e recentes que proponham ações no combate à violência de gênero e contra as mulheres.

Ressalta-se que essas informações, encontradas nos sites das universidades federais, não englobam tudo o que possa ser encontrado sobre o tema da pesquisa, uma vez que as mesmas podem selecionar o que vão anunciar sobre o que realizam baseados em seus próprios protocolos de disseminação da informação. Portanto a proposta da criação do observatório nasce, inclusive, da necessidade de ampliar e pesquisar novas fontes de informação que contribuam para o combate à violência de gênero e contra as mulheres dentro e fora das universidades.

Dentre o universo das Instituições de Ensino Superior determinou-se a escolha pelas universidades federais, pois a pesquisadora trabalha na UFSCar e o mestrado profissional tem como princípio gerar propostas de intervenção no ambiente laboral.

Outra justificativa é a presença das universidades federais em todas as regiões do país, o que futuramente pode contribuir para a criação de uma rede de troca de informações e conhecimentos sobre políticas de combate à violência de gênero e contra as mulheres no âmbito universitário federal.

Para análise das contribuições encontradas se identificou as experiências exitosas/consolidadas de combate a violência de gênero e contra as mulheres, onde se considerou sua longevidade, objetivo geral, atividades desenvolvidas, vínculos e parcerias bem como o impacto local, regional, nacional e internacional que apresentam. Por esse critério se destacam cinco núcleos de pesquisas.

Para a classificação de experiências exitosas/recentes de combate à violência de gênero e contra as mulheres, não se considerou a longevidade da proposta, mas a particularidade apresentada, na participação de pessoas com diversos conhecimentos e atuações no ambiente universitário, estudos, ações que proporcionam abordagens diferenciadas dentro e fora das universidades. Por esse critério se destacam dois observatórios, um curso de extensão, grupo de estudos, e uma premiação.

Essas experiências classificadas têm como princípios norteadores o estudo e a pesquisa das relações de gênero e o combate à violência de gênero e contra as mulheres.

1.1 Objetivo Geral

Levantar algumas iniciativas encontradas nas universidades federais brasileiras que tenham como proposta o estudo, pesquisas e ações como estratégia de combate à violência de gênero e contra as mulheres e que possibilitem a concepção e a constituição de projetos e soluções alternativas que contribuam para a gestão dos conflitos das relações de gênero na UFSCar.

1.2 Objetivos Específicos

- Levantar alguns aspectos sobre a atuação das mulheres enquanto trabalhadoras e pesquisadoras na esfera pública;
- Compreender alguns aspectos do ingresso das mulheres nas universidades públicas;
- Identificar experiências exitosas consolidadas nas universidades federais no combate à violência de gênero e contra as mulheres;

- Identificar experiências exitosas recentes nas universidades federais no combate à violência de gênero contra as mulheres;
- Propor ações de combate à violência de gênero e contra mulheres na UFSCar.

1.3 Justificativa

De acordo com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (BRASIL, 2013a)¹ no Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM a situação das mulheres no Brasil tem mudado muito nas últimas décadas. O aumento da escolarização feminina e a entrada das mulheres no mundo do trabalho profissional, em espaços tradicionalmente ocupados por homens é uma realidade. As mudanças ocorrem também na composição das famílias, com grande redução do número médio de filhos e aumento das chefias femininas nos domicílios.

Segundo o PNPM (BRASIL, 2013a) apesar de serem mais escolarizadas, as mulheres permanecem em situação de grande desigualdade no mercado de trabalho, com salários menores e as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, pelo cuidado dos filhos, de doentes e idosos. Estão em maior proporção nos trabalhos informais, não possuem carteira assinada nem seguro social, especialmente em momentos de crise econômica.

Em relação à administração pública, estatísticas demonstram a presença feminina no serviço público, sendo que o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015 ao divulgar Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais, constata que no Ministério da Educação, por exemplo, existiam, no ano de 2014, 270.024 servidores ativos, dos quais 137.268 (50,83%) são homens e 132.756 (49,17%) são mulheres.

¹ A Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016, oficializou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que foi criado em 13 de outubro de 2015, pela MP 696, com a junção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM); Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). A SEPMP permanece na condição de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, passando a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPMP) tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Desde a sua criação em 2003, a SEPMP busca a valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País (Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, 2016). Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>).

Já nas universidades federais verificou-se, em 2014, a existência de 180.234 servidores ativos registrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). As mulheres representam 50,80%, (91.573 servidoras) e os homens correspondem a 49,22% (88.661 servidores) (MPOG, 2015).

No campo acadêmico a presença feminina tem se consolidado. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) Anísio Teixeira, disponibilizados pelo Portal Brasil (BRASIL, 2015) o percentual médio de ingresso de alunas até 2013 foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais. Se o recorte for feito por concluintes, o índice sobe para 60%.

No último ano do decênio, do total aproximado de 6 milhões de matrículas, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões de homens. Na conclusão dos estudos, 491 mil alunas formaram-se, enquanto 338 mil homens terminaram seus cursos em 2013. No ano de 2011, por exemplo, 64% dos bolsistas do CNPq na área de ciências exatas e da terra eram homens; em engenharia e computação, 66% (BRASIL, 2015).

A presença feminina está mais atrelada aos cursos da área de humanas. Segundo dados do CNPq e divulgados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, as mulheres predominam, por exemplo, na área de serviço social 81% e educação 67% (MCTI, 2013)

Percebe-se que a universidade está diante de uma profunda mudança no seu quadro institucional, onde as mulheres podem ocupar cargos tornando-se uma força importante nas decisões e nos rumos das universidades federais.

Deste modo as universidades são cobradas constantemente pela sociedade e comunidade acadêmica, uma posição mais contundente sobre o combate à violência de gênero e contra as mulheres dentro e fora do ambiente universitário.

Nota-se que a universidade é o espelho da sociedade e, portanto, as mulheres que atuam nessas instituições não estão livres da violência que perpassa a sociedade brasileira. Porém, é inegável que a universidade é uma das poucas instituições que permite a reflexão crítica, a pesquisa e apresentação de propostas inovadoras que se preocupem com a minimização da violência de gênero e contra as mulheres.

Concorda-se com Nogueira (2004) que as universidades são as principais responsáveis pela produção de conhecimento, pela formação dos cidadãos, profissionais e lideranças intelectuais e, portanto, necessitam de um ambiente democrático, aberto a posições críticas favoráveis e contrárias, que permitam o combate saudável de ideias,

onde as relações de trabalho sejam apoiadas na ética, no compromisso público e no respeito aos direitos humanos.

Percebe-se ainda a importância da universidade para a coletividade, pois suas possíveis respostas podem colaborar com a sociedade, inclusive com as mulheres que desempenham funções em diferentes condições de trabalho.

Algumas pesquisadoras, porém, destacam a invisibilidade do tema em seus locais de trabalho. Falar sobre violência de gênero e contra as mulheres dentro das próprias universidades parece ainda um grande tabu a ser enfrentado.

Carvalho et al. (2015) observam, por exemplo, que na educação superior, os núcleos interdisciplinares de estudos de gênero desconstruem o conhecimento acadêmico tradicional, possibilitando aplicar a perspectiva de gênero a todos os objetos de conhecimento.

Para as autoras, contudo, esses estudos não são suficientemente reconhecidos, existe uma fraca institucionalização na academia brasileira e suas pesquisadoras sofrem ainda preconceitos e discriminações por estudarem gênero e mulheres.

As pesquisadoras em questão, assim como em todas as categorias de trabalho, percebem que as mulheres sofrem jornadas de trabalho dupla e até mesmo tripla quando precisam também estudar para melhorar sua qualificação e o salário, se sentem sobrecarregadas de trabalho uma vez que precisam sustentar seus núcleos e grupos, formar novas gerações de acadêmicas, articular e colaborar com as lutas dos movimentos feministas, formar lideranças feministas, institucionalizar, consolidar e expandir os núcleos e grupos dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), elaborar projetos de formação, extensão e pesquisa e concorrer a financiamentos junto aos órgãos de fomento (CARVALHO et al., 2015). Assim concorda-se da importância de visibilizar as contribuições desses núcleos para o combate à violência de gênero e contra as mulheres dentro e fora da universidade.

Segundo a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (BRASIL, 2013a) a violência de qualquer natureza contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. O abuso pode atingi-las em diferentes espaços, como a violência institucional, que se dá quando um servidor do Estado a pratica, podendo ser caracterizada, desde a omissão no atendimento até casos que envolvem maus tratos e preconceitos. O assédio, por exemplo, também é uma violência que pode ocorrer no ambiente de trabalho, em que a mulher se sente muitas vezes intimidada, devido a este

tipo de prática ser exercida principalmente por pessoas que ocupam posições hierárquicas superiores às mesmas.

Para o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - OBIG (2015) as mulheres lésbicas e bissexuais e transexuais podem sofrer diversos tipos de violência em função de sua orientação sexual, desde agressões físicas, verbais e psicológicas, até estupros corretivos (que pretendem modificar a orientação sexual). Mulheres transexuais também se tornam alvos de preconceitos e agressões múltiplas, e ainda lidam com violências dentro de instituições.

Concorda-se com a OBIG (2015) que a mulher deve possuir o direito de não sofrer agressões no espaço público ou privado, deve ser respeitada em suas especificidades e ter garantia de acesso aos serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, quando passar por situação em que sofreu algum tipo de agressão, seja física, moral, psicológica ou verbal. Entende-se que é dever do Estado enfrentar todas as formas de violência de gênero e contra as mulheres.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, qualitativa que fez o uso da análise de conteúdo.

Tem como intenção diagnosticar e explorar alternativas que as universidades federais apresentam para o combate à violência de gênero e contra as mulheres, no âmbito interno e externo de suas instituições e que possam contribuir para a criação de projetos de intervenção.

Segundo Sampiere et al. (2006) e Gil (1999) a pesquisa exploratória tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

Para Triviños (1987) a abordagem qualitativa trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar a aparência do fenômeno e suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Para a construção da proposta de intervenção se utilizou para a elaboração de diagnóstico, a metodologia de projetos de ação pedagógica de Baiocchi e Ferreira (1972). A dinâmica do trabalho se iniciou pela coleta de dados, para a montagem de matrizes analíticas e fixação de prioridades, montagem de projetos, execução de projetos, avaliação de projetos, tendo como referenciais teóricos principais a obra Bourdieu (1998, 2007), Paulo Freire e Saffioti (2015) entre outros autores.

2.1 A pesquisa bibliográfica e documental

Cervo e Bervian (1975) observam que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo encontrar respostas aos problemas formulados por meio de consulta a documentos bibliográficos. Constitui o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

Para os autores a pesquisa pode ter várias formas, tais como os estudos exploratórios e destina-se ao levantamento do material bibliográfico necessário. A importância da bibliografia consiste em introduzir o pesquisador com tudo o que se tem feito em torno do assunto do que se deseja pesquisar.

Em se tratando de estudos científicos, as referências bibliográficas constituem parte integrante e não um adorno ou indicação apenas de que as obras referendadas tratam do assunto; dizem que o autor do trabalho científico está apresentando o que existe de mais importante sobre o assunto tratado e que foi realizada a consulta (CERVO, BERVIAN, 1975, SALOMON, 2004).

A pesquisa documental é um procedimento metodológico em ciências humanas e sociais. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode ser o caminho principal para a concretização da investigação ou se constituir como instrumento complementar. Apresenta como método de escolha e verificação de dados; visa às fontes pertinentes (SILVA, ALMEIDA, GUINDANE, 2009).

Segundo Silva et al. (2009), na pesquisa documental a análise de conteúdo tem características de procedimento técnico e sistemático da investigação e apresenta fases específicas: depois de selecionada a amostra documental, segue-se o trabalho de unidades de análise, a eleição de categorias e a organização do quadro de dados.

Para Duarte e Barros (2010) para a análise de conteúdo relevante e consistente deve-se realizar uma leitura compreensível do material, de forma exaustiva, para se escolher as unidades de análise e as categorias a serem consideradas. Faz-se a produção

da inferência e procura-se o sentido além do escrito, para que se possam interpretar bem as informações.

Entende-se por documentos todas as realizações produzidas por homens e mulheres, que se apresentam como indícios de sua ação e que podem demonstrar suas ideias, opiniões, e formas de atuar e viver, por intermédio de documentos que podem ser: escritos, numéricos, estatísticos, ou de reprodução de som, imagem e documentos-objeto (SILVA, ALMEIDA, GUINDANE, 2009).

Nesta pesquisa foram utilizados documentos eletrônicos, (notícias, pesquisas, artigos, publicações) disponibilizados nos sites das universidades federais.

Nas tabelas elaboradas por este estudo foram utilizados também documentos eletrônicos (Folders, notícias, relatórios, resumo de apresentação do programa ou ação desenvolvida) disponibilizados nos sites dos núcleos, grupos de estudo, premiação, cursos de extensão, observatórios e que contivessem relação com o referencial teórico analisado.

Para Oliveira (2007) as fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados pelo pesquisador e deverá gerar também dados originais.

2.2 A Análise de Conteúdo

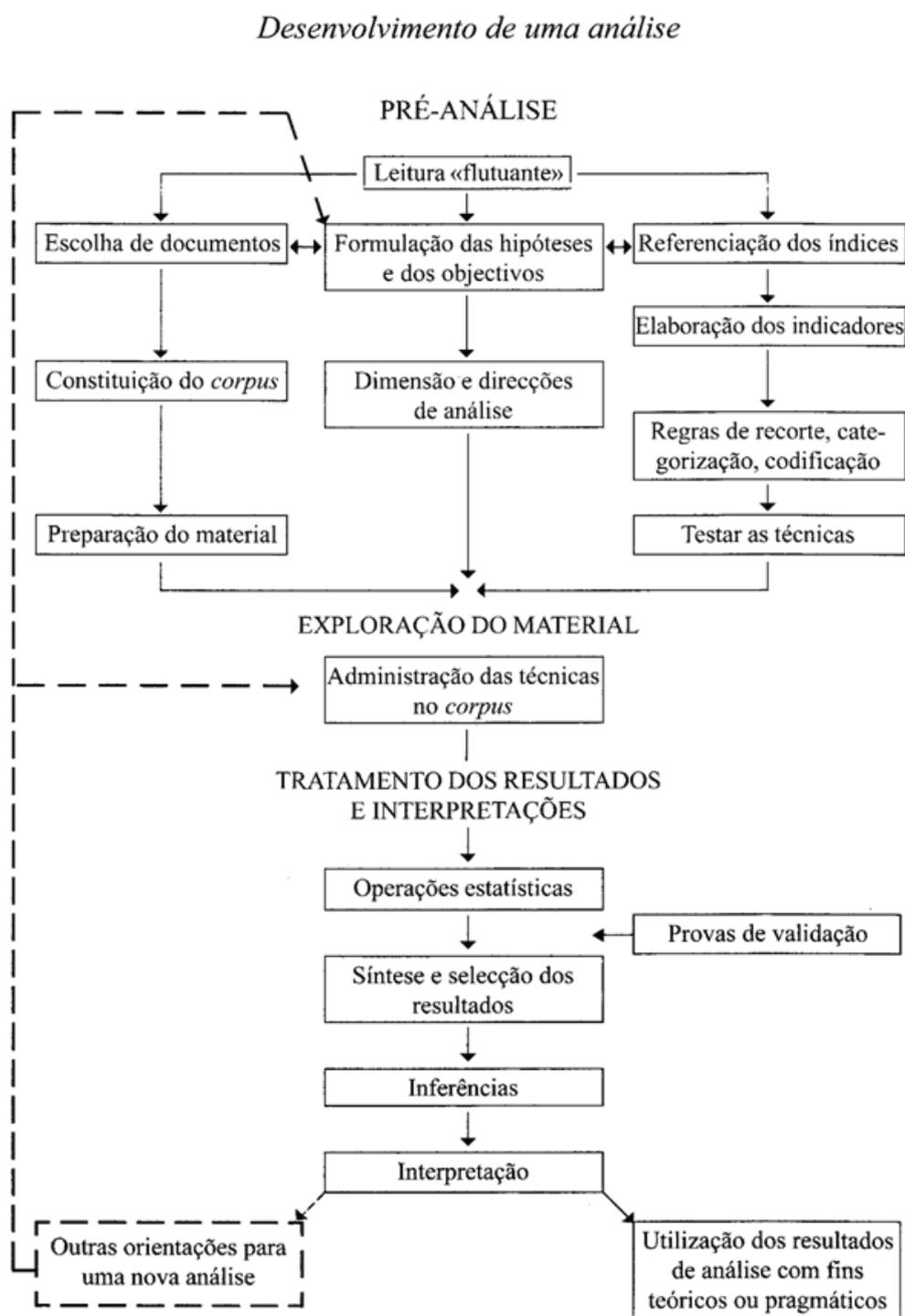
Duarte e Barros (2006) observam que a análise de conteúdo se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos, por meio de várias técnicas de pesquisa, cuja principal característica é a valorização das ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado.

Segundo os autores é designada como uma técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. Essa técnica incorporou a inferência, considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre aspectos latentes da mensagem analisada.

A análise de conteúdo organiza-se em três fases cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação, onde os resultados brutos são tratados de forma a serem significativos e válidos, onde se podem propor inferências a partir das operações estatísticas quando a amostragem permite. O pesquisador trabalha com índices de dados evidenciados, tirando partido de tratamento

das mensagens que manipula para inferir de maneira lógica, conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (DUARTE, BARROS, 2006).

Fluxograma 01- Desenvolvimento de uma análise: Esquema de Bardin



A pré-análise foi constituída primeiramente por uma leitura flutuante onde se realizou o primeiro contato com os textos, ações e atividades, sem maiores preocupações técnicas. Ao verificar os sites das 63 instituições de ensino superior se identificaram mais de cinco mil ocorrências, tais como a questão das mulheres na agroecologia, políticas públicas, mídia, mulheres negras e indígenas, transexualidade, saúde, educação, violência, etc.

A partir desse primeiro contato foi realizada a exploração do material para a constituição do corpus da pesquisa. O processo se constituiu na escolha de unidades de registro, seleção de regras de contagem, e a escolha de categorias, onde foram agregados de forma criteriosa, os resultados obtidos relacionados ao combate da violência de gênero e contra as mulheres.

De acordo com Duarte e Barros (2006) tais procedimentos devem ser pautados: pela exaustividade; representatividade; selecionados a partir de temas iguais; os documentos devem estar adaptados para o objeto da pesquisa; cada elemento deve fazer parte de apenas uma categoria. Em conjunto esses procedimentos aumentam a validade e a confiabilidade dos resultados observados.

Para o tratamento do material escolhido foram identificados e classificados grupos e núcleos de pesquisa, eventos, observatórios, programas de extensão, políticas e instituições que fossem experiências exitosas no combate à violência de gênero e contra mulheres.

2.3 A Coletas de dados

Para atingir os objetivos primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre temas como: violência simbólica, gênero, mulheres e opressão.

Posteriormente foi realizada uma pesquisa no site do Ministério da Educação para levantar quantas universidades federais existiam até o período de 18 de dezembro de 2015 a 26 de janeiro de 2016, contabilizando sessenta e três universidades federais no país. (MEC, 2015).

Para a seleção do material foram acessados os sites das universidades federais registradas, e por meio da ferramenta busca se pesquisou as palavras-chaves selecionadas nessa ordem: gênero, mulheres e violência que foram determinadas pelo referencial teórico estudado. Este levantamento ocorreu, identificando o que as universidades divulgaram nesse período de tempo determinado sobre o tema.

Foi escolhida esta abordagem diante da necessidade de se levantar alguns dados sobre os trabalhos desenvolvidos pelas universidades em relação à questão da violência de gênero e contra as mulheres no contexto analisado e que pudessem ser acessados por pessoas não especializadas na área. (DUARTE; BARROS, 2006).

Segundo Duarte e Barros (2006) os mecanismos de busca dos sites são programados em quatro funções básicas: o robô que localiza documentos, conhecidos como spider, agente, crawler, worm; o indexador, que extrai informações dos documentos e armazena-as num banco de dados; uma interface com o usuário; o motor de busca que realiza a pesquisa do conteúdo desejado no banco de dados.

Foi utilizado como operador booleano “AND” afim de que as palavras digitadas - gênero mulheres violência - estivessem no documento a ser recuperado, em qualquer ordem. Importante observar que os principais mecanismos de busca assumem AND caso este seja omitido (DUARTE; BARROS, 2006).

Ressalta-se que essas informações, encontradas nos sites das universidades federais, não englobam tudo o que possa ser encontrado sobre o tema da pesquisa, uma vez que as mesmas podem selecionar o que vão anunciar sobre o que realizam baseados em seus próprios protocolos de disseminação da informação.

Além disso, as informações coletadas estão diretamente ligadas aos mecanismos de busca e palavras-chaves escolhidas.

Portanto podem existir trabalhos, pesquisas, órgãos institucionais, políticas pró-gênero que não surgiram nestas buscas, mas que pertencem às instituições e possam ter um alto grau de relevância. Duarte e Barros (2016) observam também que cada sistema de busca tem critérios próprios de: busca e indexação; recuperação da informação no banco de dados; classificação e apresentação dos resultados.

Normalmente os critérios e a fórmula de cálculo da relevância não são divulgados pelas empresas que desenvolvem os sistemas de busca. A localização da informação desejada numa busca na Web pode ser atingida pelo ranking de relevância, pelas características técnicas, pela política adotada para busca e indexação das páginas e que têm impacto diretor sobre o nível de atualização do conteúdo e sobre o tamanho do banco de dados dos sistemas de busca. Tudo isso pode influenciar a classificação e apresentação dos resultados por terem outra lógica de busca. (DUARTE; BARROS, 2006).

No primeiro levantamento se obteve aproximadamente cinco mil (5000) ocorrências relacionadas às palavras-chaves gênero, mulheres e violência. Após esse

levantamento foi realizada uma pré-análise documental do material encontrado. Foram definidos critérios específicos para a seleção do material a ser analisado, a fim de se identificar quais as ações, propostas e projetos que buscam combater a violência de gênero e contra as mulheres nas universidades federais.

As unidades de análise foram: núcleos, projetos de extensão, eventos, órgãos e políticas institucionais e parcerias com outras instituições que abordam a violência de gênero e contra a mulher.

Após a identificação dessas unidades de análise foram encontradas diversas ações referentes à violência de gênero e contra as mulheres, tais como: observatórios, laboratórios, revistas, artigos, eventos, premiações, congressos nacionais e internacionais, conferências, fóruns, seminários, palestras, cursos de graduação e pós-graduação, coletivos de mulheres, etc.

A partir do material analisado foram definidas as categorias: experiências exitosas consolidadas e experiências exitosas recentes desenvolvidas por essas universidades em relação ao combate à violência de gênero e contra as mulheres e as relações de gênero.

Por experiências exitosas consolidadas se entende as ações bem sucedidas e sua longevidade, o seu objetivo geral, as atividades desenvolvidas, vínculos e parcerias, seu impacto local, regional, nacional e internacional que apresentam. Por esse critério se destacam cinco núcleos de pesquisa.

Para a classificação de experiências exitosas recentes, se considerou a especificidade das ações desenvolvidas que proporcionassem abordagens diferenciadas dentro e fora das universidades. Por esse critério se destacam dois observatórios um curso de extensão, grupo de estudos, e uma premiação.

2.4 A Proposta de intervenção - Metodologia

Para a definição de uma proposta de intervenção se utilizou a metodologia de projetos de ação pedagógica de Baiocchi e Ferreira (1972). Essa metodologia prevê a elaboração de uma matriz analítica, utilizada para o diagnóstico e demonstração das variáveis que atuam no âmbito de uma instituição, objetivando subsidiar as opções de pessoas que conduzem o processo decisório.

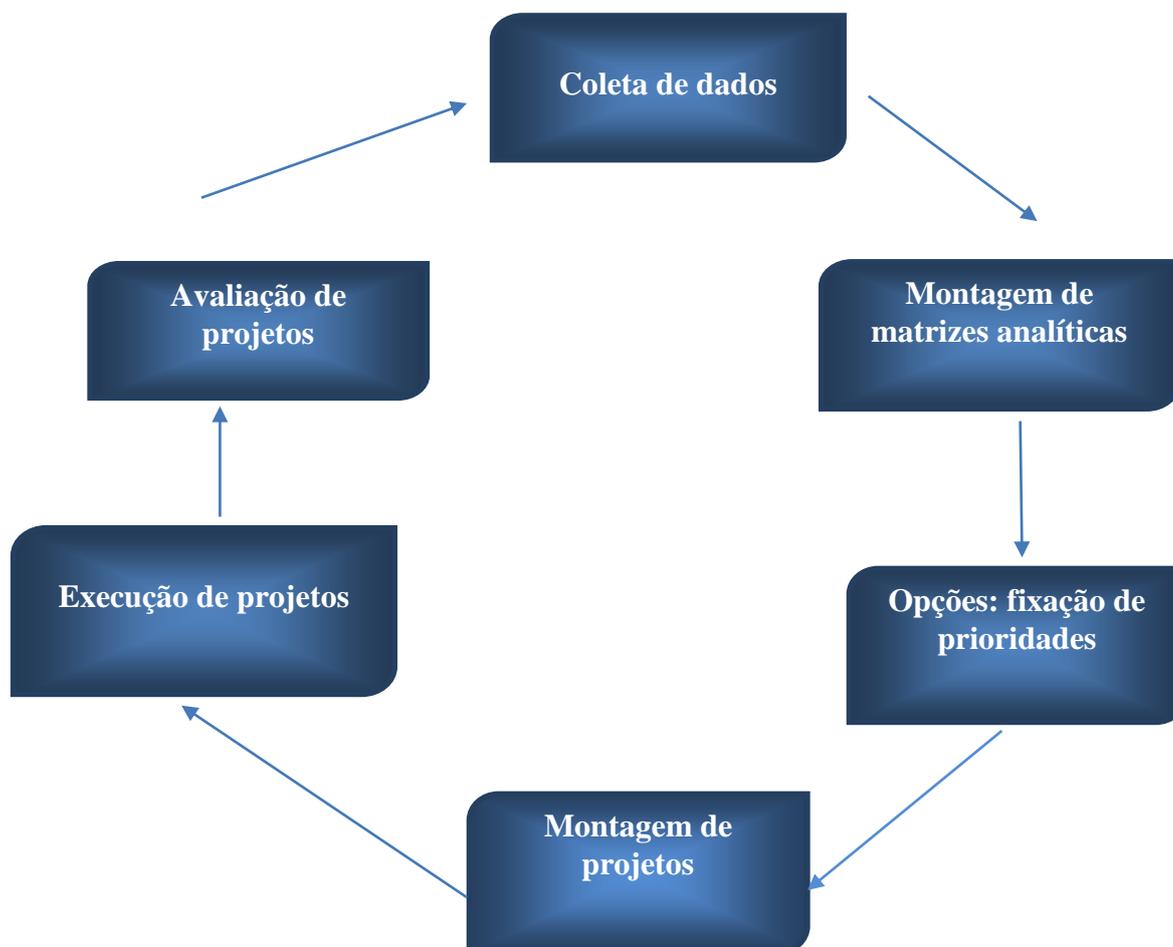
A matriz analítica é composta de elementos como “variáveis, indicadores, análise dos indicadores, prognósticos, soluções, pessoal necessário, material necessário,

obstáculos e cronograma”, ou outros elementos que venham a se mostrar necessários. Por seu turno, os projetos de ação pedagógica (PAP) são o detalhamento em nível operacional de soluções propostas na matriz analítica e convertidas em metas.

Os PAPs constituem-se de elementos como “metas, área e nível de atuação, atividades, métodos e técnicas, cronogramas, recursos humanos e materiais”, bem como outros elementos necessários (BAIOCCHI e FERREIRA, 1972).

Fluxograma 02 - Dinâmica de trabalho com projetos de ações pedagógicas

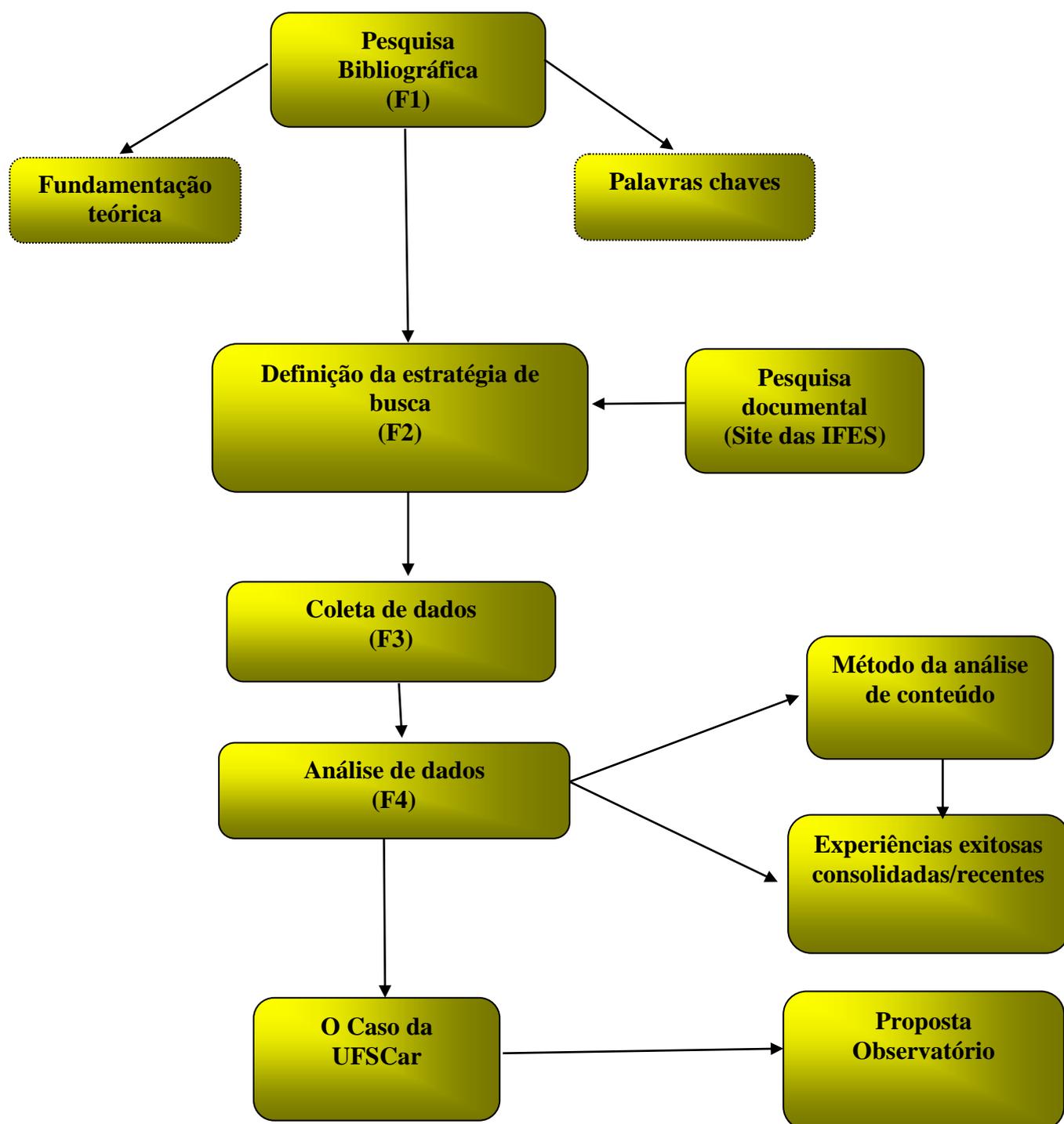
Dinâmica Geral



Portanto essa pesquisa foi constituída de cinco fases principais:

Fase 01: Pesquisa bibliográfica: construção do referencial teórico e determinação das palavras chaves; Fase 02: Definição de estratégia de busca; Fase 03: Coleta de dados; Fase 04: Análise de dados por meio da análise de conteúdo; Fase 05: Proposta da construção do Observatório.

Fluxograma 03 - fases principais da pesquisa



3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Este estudo construiu seu referencial teórico por meio das obras de Bourdieu (1983;2007;2012), Paulo Freire (2014) Silveira (2009) e Saffioti (2013;2015) entre outros autores pertinentes.

3.1 A Pesquisa bibliográfica: a construção do referencial teórico

A pesquisa tem como preocupação o campo científico e as universidades federais e, portanto, foi preciso entender alguns aspectos e suas principais características.

Para se compreender o caminho trilhado pelas mulheres em busca de igualdade e equidade fez-se necessário abordar alguns elementos básicos sobre o conceito de gênero, mulheres e suas implicações, especialmente sobre a participação da mulher na esfera pública e sua atuação para o combate à violência de gênero e contra mulheres.

3.2 O campo científico

Como se trata de uma pesquisa focada nas universidades federais faz-se necessário caracterizar alguns aspectos do campo científico que foram fundamentados principalmente nos escritos de Bourdieu (1983, 2007). Posteriormente, no decorrer do texto, foi identificado como são estruturadas as Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil e suas principais características.

Bourdieu (2007) verifica que os campos científicos se constituem em mundos sociais, com concentrações de poder e de capital, monopólios, relações de força, interesses egoístas, conflitos, etc. Organizam-se também sob outros aspectos, em um universo de exceção, onde a necessidade da razão encontra-se instituída em graus diversos na realidade das estruturas e das instituições.

Para o autor o campo científico é o lugar, o espaço do jogo de uma luta concorrencial, enquanto sistemas de relações objetivas entre posições adquiridas onde o que está em jogo é o monopólio da autoridade científica, definida como capacidade técnica e poder social vistas de forma inseparável.

O monopólio da competência científica é compreendido enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Nessa luta em que cada agente deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, está em jogo o poder de impor uma definição de ciência que mais esteja de acordo com seus interesses específicos, isto é, de determinar a limitação do campo com problemas, dos métodos, das teorias que podem ser considerados científicos (BOURDIEU, 1983).

Para o autor a competição científica pressupõe e produz uma forma específica de interesse, orientando-se para a conquista do monopólio da autoridade científica, onde a competência técnica e o poder simbólico se confundem. Mas em sua dimensão específica a competição científica se distingue dos demais campos pela forma organizada e regrada com que nela se reveste a competição, pelos constrangimentos lógicos e experiências a que está sujeita, bem como pelas finalidades de conhecimento desejadas.

Assim, o empenho na acumulação de saberes e conhecimentos, o desejo de fazer o nome, a competência técnica e o conhecimento científico funcionam simultaneamente como instrumentos de capital simbólico. Os conflitos intelectuais são conflitos de poder e as polêmicas da razão são lutas de rivalidade científica (BOURDIEU, 2007).

O campo científico pode ser influenciado por conflitos de gênero, pois existe ainda a predominância masculina em algumas áreas do conhecimento e o machismo está presente em todos os campos que a mulher atua.

Como observa Carvalho et al. (2015) na educação superior, por exemplo, os núcleos de estudo de gênero sofrem insuficiente reconhecimento e fraca institucionalização na academia brasileira. As pesquisadoras ainda sofrem preconceitos e discriminações por pesquisarem sobre gênero e mulheres, assim como as mulheres que ocupam espaços de liderança.

A seguir se explanam alguns aspectos das Instituições de Ensino Superior no Brasil, especialmente as universidades federais para a compreensão de algumas de suas características principais.

3.3 As Instituições Federais de Ensino Superior – (IES): as universidades federais

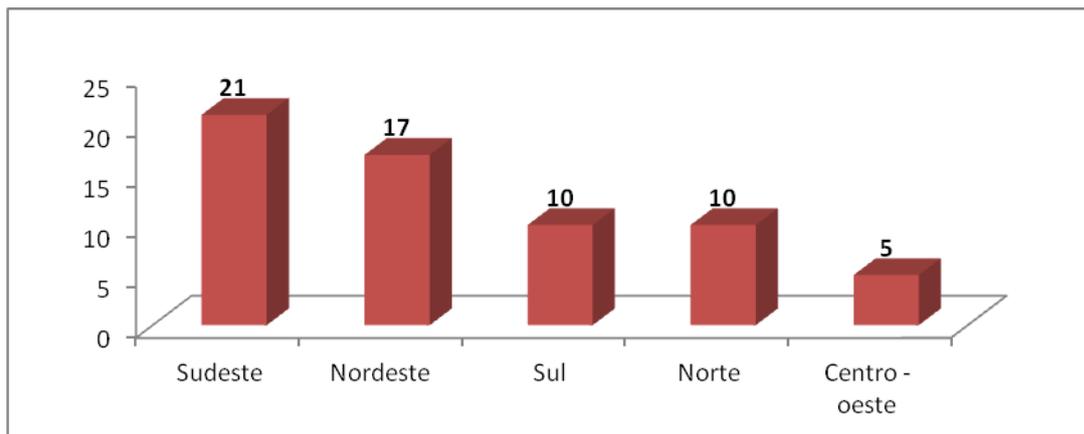
As instituições públicas de nível superior - as universidades -, definidas na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional são determinadas como instituições acadêmicas pluridisciplinares, com produção intelectual institucionalizada e apresentam requisitos mínimos de titulação acadêmica (um terço de mestres e doutores) e carga de trabalho do corpo docente um terço em regime integral (BRASIL, 2014).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores - MRE, as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras podem ser públicas ou privadas. As instituições públicas de ensino são aquelas mantidas pelo Poder Público, na forma (1) Federal, (2) Estadual ou (3) Municipal. A universidade é autônoma para criar cursos e sedes acadêmicas administrativas, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas, firmar contratos, acordos e convênios, respeitadas as legislações vigentes e a norma constitucional (MRE, 2015).

Já as IES privadas são administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro. Podem ser comunitárias, que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade; confessionais, que atendem a determinada orientação confessional e ideológica; e filantrópicas, que prestam serviços à população, em caráter complementar às atividades do Estado (MRE, 2015).

Até janeiro de 2016, de acordo com o MEC (2016), foram encontradas no site do Ministério sessenta e três universidades federais presentes por todas as regiões do país, assim distribuídas:

Gráfico 1- Distribuição das universidades federais por região do país



Fonte: Ministério da Educação - MEC, 2016.

Observa-se que no Brasil a universidade tornou-se cada vez mais indispensável para o desenvolvimento tecnológico e científico do país, como também para a construção da autoconsciência social e a constituição da cidadania. Passou a ser cobrada constantemente pela sociedade, tendo que responder a um ambiente de mudanças (NOGUEIRA, 2004). Para o autor a universidade foi levada a se modificar a qualquer custo, trazendo consequências para o desenvolvimento do seu trabalho, seja acadêmico ou gerencial.

Nota-se que a predominância da presença feminina nas universidades públicas é um dos fatores de mudança, suas demandas ainda não são atendidas como, por exemplo, a discussão de diversos temas relacionados a gênero e mulheres, especialmente a violência a que estão sujeitas, dentro e fora do ambiente universitário.

Portanto faz-se necessário trabalhar com diversas questões importantes, como por exemplo, as relações de gênero, a diversidade dentro das universidades e o combate à violência de gênero e contra as mulheres.

Assim, concorda-se com Bourdieu (1998), que há sempre lugar para a luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo. A ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes somente ocorrerá com uma transformação radical das condições sociais que levam os dominados adotarem em relação aos dominantes e si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes.

O autor observa que uma relação de dominação só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências que depende para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de um mercado de

bens simbólicos, cuja lei fundamental, no caso das mulheres, que elas sejam tratadas como objetos que circulam de baixo para cima.

É imprescindível criar alternativas de intervenção que promovam relações de gênero mais saudáveis, onde o respeito à diversidade, equidade e a igualdade sejam os pilares das instituições de ensino, buscando a promoção do bem público, da educação de qualidade, o respeito a ética e a prosperidade dos seres humanos que atuam trabalham e estudam nessas instituições.

3.4 Gêneros, Mulheres e violência simbólica

Para se compreender o caminho trilhado pelas mulheres em busca de igualdade faz-se necessário abordar o que se entende por gênero, mulheres e suas implicações, especialmente sobre a atuação da mulher na esfera pública.

Matos (2015) observa que o conceito de gênero surgiu em meados dos anos 1970, nos Estados Unidos e se disseminou nas ciências e academia a partir dos anos 1980. Para a autora, tal reformulação conceitual surgiu para separar e distinguir definitivamente o sexo – uma categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem da natureza e dos corpos sexuais – do gênero que enfatiza os traços de construção histórica, social e política estabelecidos entre homens e mulheres e sobre suas diferenças sexuais.

Segundo a historiadora Silveira (2009), no século XV o termo gênero significava “um conjunto de propriedades comuns que caracterizavam um dado grupo social ou classe de seres ou de objetos”. Ao se aplicar esse significado às relações entre homens e mulheres, o gênero masculino caracteriza os homens como um conjunto de seres com determinadas características e o gênero feminino caracteriza a mulher com outro conjunto de características.

Para a autora a caracterização do masculino e do feminino e sua distinção, em muitas culturas, tomaram como base as diferenças biológicas e corporais, e posteriormente as diferenças psicológicas.

As mulheres, no século XVIII, foram classificadas como seres determinados pela natureza e foram definidos para elas os papéis de esposas e mães, sendo que o sexo deveria servir somente à procriação. O prazer era considerado pecado de acordo com os princípios católicos. Para as mulheres, foi reservado o espaço doméstico, da vida privada, familiar, consideradas gestoras da família, mas sem remuneração financeira

(SILVEIRA, 2009). A autora relata que diante dessas afirmações o movimento feminista criticou tais concepções, levando a reformulação do significado de gênero.

O gênero pode supor ainda uma concepção que supera a divisão entre esfera pública e privada, onde os homens estão interligados com o espaço público e as mulheres com o espaço privado e doméstico (SILVEIRA, 2009).

Para a autora, algumas feministas perceberam que o gênero é uma construção social, onde não existe uma relação pré-determinada pelas diferenças biológicas e psicológicas, mas é também uma dimensão humana, socialmente construída, onde as identidades sociais e as relações homem e mulher fazem parte da existência humana. É uma construção histórica no tempo e no espaço, que se modificam de acordo com o tempo, locais, sociedades e culturas.

Gênero também é um conceito que pode significar relações de poder que enfatizam o poder masculino sobre as mulheres e mais amplamente na sociedade. A opressão masculina é uma relação que mulheres de diferentes culturas têm em comum, sendo variáveis as formas de opressão exercidas sobre elas (SILVEIRA, 2009).

Diante dessas explanações construiu-se um quadro resumo das principais abordagens feministas e seu entendimento sobre as questões de sexo/ gênero.

Quadro 01 - Demonstração das principais abordagens feministas.

Tipo de abordagem	Liberal	Radical	Psicanalítica	Marxista	Socialista	Pós-estruturalista/pós-moderna	Terceiro mundista/pós-colonialista
Concepção sexo/gênero	Sexo faz parte dos dotes biológicos naturais, é uma variável binária. O gênero é socializado em seres humanos sexuais pelo comportamento adequado a cada sexo.	“Classe sexual” é a condição das mulheres como classe oprimida. O gênero é uma construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens.	Os indivíduos se tornam sexualmente identificados como parte de seu Desenvolvimento psicossocial. O gênero estrutura um sistema social de dominação masculina que influencia o desenvolvimento psicossocial	O gênero é parte das relações históricas de classe que constituem sistemas de opressão sob o regime capitalista	O gênero é constituído processual e socialmente por meio de diversas intersecções de sexo, raça, ideologia e opressão sob o patriarcado e o capitalismo que são distintos.	Sexo e gênero são práticas discursivas que constituem subjetividades específicas por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos	Considera a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo/gênero enfocando aspectos de gênero nos processos de globalização

Fonte: Adaptado: Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais, 1998.

Esta pesquisa, dentre as abordagens feministas, concorda com Saffioti (2015) ao definir que gênero não é somente uma categoria analítica, mas uma categoria histórica e exige uma inflexão do pensamento que também pode se fazer presente nos estudos sobre mulher.

Para autora, as histórias das mulheres ganham muito com investigação desse tipo, porém é preocupante tratar tal realidade em termos exclusivos do conceito de gênero, pois desvia a atenção do poder do patriarca, o que pode neutralizar a exploração-dominação masculina. O patriarcado tem alguns milênios de história onde se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina.

Assim, gênero pode ser compreendido como um campo vasto que envolve relações desiguais, mas também relações igualitárias, onde o patriarcado é um caso específico de relações de gênero hierarquizadas entre seres socialmente desiguais (SAFFIOTI, 2015).

A autora observa que ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos, femininos, travestis, transgêneros, ficam fora do esquema de gênero patriarcal. A recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação se alastre e encontre meios cada vez mais insidiosos de expressão.

Para Saffioti (2015) A ideologia de gênero patriarcal acoberta uma estrutura de poder que situa as mulheres abaixo dos homens em todas as áreas da sociedade, ganha terreno e se torna invisível, pois são veementemente negados, cumprindo um desserviço a ambas as categorias de sexo, mas principalmente às mulheres.

Concorde-se com a autora (2015) que a categoria dominada-explorada conhece a engrenagem patriarcal no que ela tem de mais perverso e, portanto, tem obrigação de liderar o processo de mudança. A recusa da existência do patriarcado pelas estudiosas feministas provoca um retrocesso, pois não ataca o coração da engrenagem da dominação e permite que alguns homens encarnem a vanguarda do processo de denúncias e atrocidades cometidas contra as mulheres.

Nota-se, portanto, que as conquistas não são precedidas sem o conhecimento prévio do mundo em que se vive, onde ainda algumas mulheres têm seu papel pré-determinado por construções históricas que não as favorecem, principalmente no campo do trabalho e emprego. Muitas são as dificuldades encontradas em um mundo onde a visão da dominação masculina ainda prevalece (BOURDIEU, 1998; SILVEIRA, 2009).

3.5 A participação da mulher na esfera pública: um breve olhar

Silveira (2009) observa que as diferenças sexuais serviram de princípio para a organização da divisão sexual do trabalho nas diversas sociedades. Certas atividades foram delegadas aos homens e outras às mulheres. Aos homens se reservaram as atividades da esfera pública e às mulheres as atividades da esfera privada, vinculadas à reprodução da família e à gestão do espaço doméstico. Tais práticas se concretizaram e propiciaram interpretações, conferindo significados aos elementos masculinos e femininos.

Para a autora outras vinculações ao sexo foram criadas: atribuiu-se aos homens a racionalidade, o pensamento lógico, o cálculo; às mulheres, a afetividade, as emoções e a intuição. As suas representações/interpretações dos atributos femininos estavam articuladas com a procriação e a maternidade. Essas formas de viver e pensar o masculino e o feminino causaram consequências reforçando a estrutura familiar patriarcal e serviram como justificativas para ações que acentuaram os papéis sociais exercidos por homens e mulheres.

Silveira (2009) aponta que o surgimento da modernidade e o iluminismo provocaram uma reação de mulheres de forma coletiva, contra a sua subalternização e que prometia a emancipação dos seres humanos pela razão e o progresso social por meio do conhecimento científico. Porém, a Revolução Francesa não concretizou a igualdade entre homens e mulheres, excluindo essas últimas da cidadania e do poder. A revolução reafirmava novamente a visão masculina do mundo.

A francesa Olympe de Gouges, em 1791, elaborou a Declaração dos Direitos da Mulher e das Cidadãs, dizendo que a diferença de sexos não poderia ser aceita e servir de explicação para a desigualdade de direitos entre gêneros. Gouges exprimia os princípios libertários e afirmava: “se a mulher pode subir ao cadafalso, pode também subir à tribuna”. Perguntava, dirigindo-se às mulheres: “que vantagem vocês obtiveram na revolução”? Para ela, se as mulheres usassem a força da razão, os padrões da filosofia teriam sucesso, caso contrário a revolução seria uma mentira. De Gouges foi guilhotinada em 1793, sob a alegação de ter desejado ser um Homem de Estado e ter esquecido as próprias virtudes de seu sexo (SILVA; NUNES, 2015; SILVEIRA, 2009).

A inglesa Mary Wollstonecraft, em 1792 defendia os direitos da Mulher, tais como o direito à cidadania e educação igual para ambos os sexos. Também levantou a questão da identidade da mulher submissa aos homens, observando que a sociedade

humana não parecia capaz de deixar fluir o ser mulher e a razão feminina. A feminista desejava que as mulheres tivessem poder sobre si mesmas e não poder sobre os homens. A incapacidade cívica que atinge a mulher era apenas um sintoma menor de uma tendência mais preocupante: a que faz do homem o único verdadeiro representante do gênero humano, como se a mulher não pertencesse à categoria dos seres racionais (SILVEIRA, 2009; SLEDZIEWSKI, 1991).

No Brasil destacou-se Nísia Floresta Brasileira Augusta, educadora, escritora, abolicionista, republicana e poetisa. Foi considerada a precursora de feminismo no Brasil. Argumentava em seus escritos que não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los, tanto como os homens. Em 1832, Nísia fez a tradução livre do livro de Mary Wollstonescraft “Uma reivindicação pelos Direitos da Mulher” que no Brasil ficou conhecido como: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (SILVEIRA, 2009).

Dentro dessa perspectiva observa-se que a mulher buscou oportunidades para que fossem atendidas as suas reivindicações, ocupando espaços públicos, realizando debates políticos, buscando fontes de renda que permitissem sua liberdade e a expressão da sua vontade. Sendo assim a administração pública tornou-se uma possibilidade concreta de emprego e trabalho para as mulheres.

Mas não é só de glória e desafios que as mulheres se apresentam na história humana, como sendo capazes de grandes sacrifícios, abnegações. As mulheres não são esses seres idealizados, divinos ou profanos, santas ou feiticeiras, boas para casar e ou passar o tempo. Passíveis de erros e acertos, pertencentes ao gênero humano, são submetidas e às vezes coniventes com todo tipo de violência, vítimas e algozes de um jogo perverso e invisível. Participam desse jogo, fazem escolhas de acordo com o capital simbólico que se apresenta, calculando ganhos e perdas. Entende-se que no caso das mulheres se calcula o menor prejuízo, pois no mundo da dominação masculina, o feminino parece sofrer as maiores desvantagens.

3.6 A participação da mulher no mundo do trabalho

Para Saffioti (2013) o aparecimento do capitalismo acontece em condições adversas à mulher. No processo de individualização do modo de produção capitalista a mulher contaria com uma desvantagem social dupla: no nível superestrutural, a subvalorização das capacidades femininas e mitos que justificam a supremacia

masculina; no plano estrutural, a mulher vinha sendo marginalizada das funções produtivas, periféricamente situada no sistema de produção.

A autora observa que a sociedade não prescinde do trabalho das mulheres das camadas inferiores e essa inferiorização social favorece o aproveitamento das massas femininas no trabalho industrial. Essas desvantagens sociais permitiram ao capitalismo em formação arrancar das mulheres o máximo da mais valia absoluta por meio da intensificação do trabalho, da extensão da jornada e baixos salários.

Saffioti (2013) compreende que o capitalismo não abre portas para a emancipação feminina, pois os caracteres de sexo são como marcas sociais que hierarquizam, segundo escala de valores, os membros da sociedade.

A historiadora Silveira (2009) observa que durante a segunda Guerra Mundial, a mulher teve um papel muito importante, pois substituiu o homem em postos de trabalho nas indústrias dos países em guerra, tais como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. A União Soviética se utilizou intensivamente da mão de obra feminina, para a recuperação do seu atraso econômico. Esse processo desencadeou mudanças nos valores e comportamentos das mulheres que vislumbraram a possibilidade de transformação do papel da mulher no mundo.

Nos anos 1960, muitos movimentos sociais de contestação às diferenças sociais eclodiram, entre eles podemos citar o das mulheres americanas que lutavam contra a subalternidade e a exclusão do poder, por sua autonomia e direitos. A pílula anticoncepcional revolucionou os costumes, promovendo a liberação sexual, que afetou primeiramente as relações afetivas, familiares e a maternidade. Os movimentos feministas conquistaram as ruas, internacionalizando-se desde 1975 por meio das Conferências Mundiais. (SILVEIRA, 2009).

Deste modo as mulheres foram ocupando cada vez mais o mercado de trabalho, exercendo funções públicas, reivindicando políticas específicas para as mulheres, principalmente em relação aos direitos reprodutivos, saúde, educação, acesso às representações partidárias, contra a discriminação e violência (SILVEIRA, 2009).

Para Dowbor (2003) a transformação do trabalho, segundo a ótica de gênero está se tornando mais clara. Mas as mudanças vêm com luz e sombra. Verifica-se a inserção da mulher no mercado de trabalho, como parte de sua libertação.

Porém, o autor observa que a redistribuição do trabalho doméstico e suas responsabilidades entre homens e mulheres não progrediu no mesmo ritmo. Percebe-se que mulher se vê sobrecarregada de trabalho e ainda tendo que se preocupar com a sua

própria formação educacional, ocasionando uma carga tripla: trabalho doméstico, mercado de trabalho e estudos.

Com todos esses desafios a mulher atinge cada vez mais um nível educacional melhor, devido à necessidade de se obter maior qualificação, o que na sociedade do conhecimento torna-se uma vantagem muito importante; mas a remuneração feminina tende a reproduzir antigas desigualdades, que significa mais responsabilidades sem salários dignos correspondentes. Assim constata-se um grande avanço da mulher na área profissional, mas sem acompanhar mudanças institucionais, jurídicas e de valores necessárias para a superação da desigualdade entre os gêneros (DOWBOR, 2003).

O autor faz uma observação instigante, ao afirmar que a mulher ao ingressar no mercado de trabalho conquista um espaço importante, mas também se coloca num conjunto de contradições que regem o mercado. Ter fonte de renda é essencial, mas passar a vida toda fazendo as mesmas coisas, é uma libertação?

Segundo Dowbor (2003) preciso refletir sobre o problema, afim de não exagerar na dimensão do progresso que representa a mulher aderir à igualdade na servidão humana. Considera-se que os avanços tecnológicos são fatores de libertação, mas também gera desemprego estrutural. Podem-se fazer mais coisas com menos esforço, mas em vez de se reduzir a jornada de trabalho e tentar viver melhor e com mais qualidade, divide-se as pessoas entre as que se matam de trabalhar e outras que se desesperam por não ter trabalho algum.

Entende-se que tanto as mulheres dos altos escalões ou as trabalhadoras das fábricas se agitam em crises existenciais, perseguições, assédio, violências, tornando-se também vítimas do próprio sistema trabalho contemporâneo. A pergunta que o autor faz é até que ponto ter mulheres nas áreas nobres do trabalho, mas com baixa remuneração, ou aumentar a participação feminina no emprego precário, ajuda a mudar ou, ao contrário, a cristalizar dinâmicas que se precisa superar? (DOWBOR, 2003).

Para o autor a inserção da mulher no mundo do trabalho remunerado constitui uma onda de profundas mudanças, atingidas por outra onda muito mais poderosa, da desarticulação das formas tradicionais de organização do trabalho, das garantias sociais, do precário sistema de solidariedade social. Isso implica que o avanço da mulher no plano profissional deve ser acompanhado de profundas transformações, de macro organização social.

Concorda-se com o autor em parte, pois a mulher, ao se ocupar das tarefas do mundo doméstico, também passa a vida toda fazendo as mesmas coisas. Portanto a

mulher sempre participou da servidão humana, pois não se considera as atividades domésticas passíveis de adequada remuneração financeiras e muito menos de reconhecimento pelo seu trabalho doméstico como essencial para o modo de produção capitalista.

Segundo Severo (2014) nas duas últimas décadas no Brasil a distância entre homens e mulheres no mundo do trabalho e as disparidades salariais na mesma ocupação tem se mantido constante. Observa-se que a participação feminina no trabalho formal aumentou em determinado período, atingiu o teto e se estagnou. Percebe-se que ainda existe um contingente de mulheres fora do mundo do trabalho. A taxa de desocupação feminina foi sempre superior à masculina durante este período de tempo.

A autora verifica que a terceirização e precarização das condições de trabalho penalizam os trabalhadores. No caso das mulheres é ainda pior, pois a justificativa apontada para o crescimento da ocupação de postos de trabalhos por mulheres ocorre pela possibilidade da redução da jornada de trabalho, o que garante a manutenção dos afazeres domésticos, o cuidado com idosos e crianças como responsabilidades femininas. Assim retiram-se do Estado as obrigações com os cuidados de crianças, idosos e afazeres domésticos e delegam-se as mulheres a responsabilidade de se dividir entre o lar e trabalho.

Devido a essas condições percebe-se a ocorrência do aprofundamento da fragilização da figura feminina e de sua condição humana, que as expõe a violência física, sexual, e moral cotidianamente em seus próprios lares e trabalho, causados por pessoas que deveriam em tese ser seus colaboradores: pais, maridos, companheiros filhos, netos, chefes, patrões e mulheres de sua própria convivência que “aceitam” a dominação masculina em suas vidas como algo natural e não uma estrutura social historicamente construída.

No ambiente de trabalho e ensino as mulheres podem enfrentar os mesmos tipos de problema, já que parte da sociedade (alguns homens e algumas mulheres e por si mesma algumas vezes) as considera ainda como objeto e não como seres humanos dotados de direitos e deveres.

Assim, por traz de toda e qualquer violência perpetrada contra as mulheres se constata a visão da dominação masculina ao naturalizar a subalternização da mulher, a sua suposta inferioridade, tratando-as como objeto que circula de baixo para cima.

Bourdieu (1998) afirma que mulheres são submetidas a um processo de socialização que tenta diminuí-las e negá-las desde a infância. Homens e mulheres são submetidos a uma educação familiar, religiosa e escolar que perpetuam essa condição.

As universidades têm um papel importantíssimo para a desconstrução desse fato social, pois precisa ser feito com critério e senso crítico, respeitando as diferentes vertentes que se apresentam na sociedade contemporânea, para não se correr o risco de se perpetuar e reproduzir um mercado de bens simbólicos que eterniza a submissão das mulheres como algo natural.

As próprias universidades precisam fazer uma autorreflexão sobre a violência simbólica no meio acadêmico. Essas instituições passam por uma profunda transformação, pois a presença feminina hoje é superior a 50%.

Essas mulheres atuam como docentes, pesquisadoras, estudantes e trabalhadoras de diversas áreas como, por exemplo, administradoras, arquitetas, eletricitas, secretárias, etc. Trazem saberes e outras formas de construir, empregar e adquirir conhecimento que precisam ser levados em consideração.

Todas as pessoas que frequentam as universidades precisam ter segurança, respeito a cidadania, pois o conhecimento representa a possibilidade de libertação da opressão enquanto:

Aluna: por meio de a educação ter acesso ao saber, o respeito pela sua dignidade humana à qualificação para o trabalho digno;

Mulheres da comunidade externa: projetos de extensão que minimizem seu sofrimento, acolham, preparem, cuidem dessas mulheres em situação de risco.

Servidoras públicas e terceirizadas: independência financeira, o reconhecimento da importância do seu trabalho, pois é o “ganha pão” que as tornam mais conscientes, livres e seguras para se libertar e juntamente com os homens combater a servidão humana em todas as dimensões e formas, seja no trabalho, em casa, na escola, nas universidades.

3.7 A mulher na administração pública brasileira: as precursoras

Barroso (1990) observou que o censo de funcionários civis realizado em 1938 computou 8,8% de mulheres. Em 1958 essa porcentagem elevou-se a 20,6%, sendo publicados separadamente para cargos efetivos (26,4% de mulheres) e não efetivos (15,9%). Para a autora a vantagem relativa das mulheres em relação à estabilidade do

cargo deveu-se, provavelmente, à exigência de concurso público para o provimento desses cargos, mantido o anonimato das provas.

A administração pública tornou-se importante fonte de emprego feminino, mesmo se subestimando o peso dos professores primários, os assistentes sociais e os previdenciários que estão computados na categoria “atividades de assistência social”.

Ao considerar que grande parte desses profissionais é empregada pelo Estado, fica claro que o setor público como empregador tem importância maior para as mulheres do que para os homens (BARROSO, 1990).

Para a autora quatro fatores reforçam essa ideia: a prestação pelo Estado, de serviços identificados como tarefas atribuídas especialmente às mulheres no interior da vida familiar e o fortalecimento ideológico de tais trabalhos como essencialmente femininos; a crescente deterioração do salário no emprego público, tornando-os menos desejáveis para os homens, salvo cargos elevados e com remuneração mais alta; a natureza menos exigente dos empregos públicos o que torna mais compatível com a jornada dupla de trabalho das mulheres, uma vez que ainda não se consegue dividir igualmente as responsabilidades no cuidado da família e do ambiente doméstico com os homens; as práticas de admissão ao emprego menos discriminatórias adotadas pelo Estado, considerado o guardião do cumprimento de leis anti- discriminatórias.

Outra questão enfrentada pelas mulheres no serviço público são as dificuldades encontradas ao ingresso delas em cargos com maior status e remuneração, fenômeno identificado como “teto de vidro”. Esse processo pode se intensificar com a aprovação do Projeto de Emenda Parlamentar - PEC 55 que reduz, por vinte anos, gastos públicos com educação, saúde e polícias sociais.

Vaz (2013) explica que, no Brasil, as mulheres ainda são raras nos altos postos de comando das organizações. No serviço público, a atitude menos discriminatória nas contratações, a garantia de igualdade de tratamento a integrantes de uma mesma carreira conduz à impressão de que o “teto de vidro” seja menos pronunciado, mas há evidências de que, as carreiras do setor público brasileiro não escapam desse fenômeno. A distribuição desigual das mulheres nas distintas instâncias hierárquicas das organizações públicas se faz observar tanto em âmbito administrativo quanto técnico.

Para a autora a segregação de gênero se faz presente, por exemplo, na administração pública federal, onde se observa uma representatividade feminina decrescente à medida que se avança nos níveis hierárquicos dos cargos do grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS).

A menor presença feminina nos cargos de chefia e direção, no entanto, não deve ser associada exclusivamente às práticas discriminatórias, manifestas ou veladas, que visam excluir as mulheres das posições de poder. Para as mulheres existe um conflito em conciliar suas vidas profissional e pessoal, e que tem origem em uma divisão sexual do trabalho que ainda lhes atribui a maior parte das responsabilidades pelo cuidado da família e do lar (VAZ, 2013).

A autora verifica que existe ainda a introjeção, por parte das mulheres, de normas comportamentais seculares, associadas a essa divisão tradicional de papéis, que as condicionaram a portarem-se de forma não competitiva, priorizando a vida familiar e a esfera privada do domicílio, em detrimento do espaço público e profissional. Por outro lado, as estruturas institucionais existentes nas organizações públicas, perpetuam o quadro de exclusão feminina verificado.

Vaz (2013) observa que os altos postos de comando (os cargos em comissão) não há a obrigatoriedade de realização de concurso público para contratação de servidores. O acesso a esses cargos ocorre por nomeação, inclusive de indivíduos que não sejam servidores de carreira do Estado. Portanto não há garantias de que a seleção siga critérios técnicos e universais.

Diante do reduzido número de mulheres em cargos de decisão, há maior dificuldade em programar políticas e medidas que estimulem uma maior participação feminina nas instâncias superiores da administração pública. No meio acadêmico, um quadro institucional desfavorável às mulheres também é observado. Elas têm menores acesso a posições de prestígio nas universidades, nos comitês científicos e nas academias de ciências do país. Essa “desvantagem cumulativa” dificulta a obtenção de recursos para pesquisa (VAZ, 2013).

Porém com todas as dificuldades encontradas, as mulheres brasileiras buscaram sua emancipação política, social e econômica. O serviço público tornou-se uma opção de trabalho que poderia garantir o acesso à independência financeira, conhecimento técnico e status social.

Podemos citar como exemplo, o ingresso da primeira mulher no serviço público federal, ocorrido em quatro de janeiro de 1892, Joana França Stockmeyer que entrou nos quadros da Imprensa Nacional e trabalhou vários anos como monotipista. Até a aposentadoria, em 25 de julho de 1944, exerceu outras atividades, como o cargo de encadernadora. É considerada a patrona das servidoras públicas federais por meio de decreto de cinco de março de 2008 (BRASIL, 2016).

Para Bernardes (2013) uma das primeiras mulheres a ingressar no serviço público federal teria sido a diplomata Maria José Rabelo Castro Mendes, admitida em 1918 no Itamaraty. Seu processo de admissão por meio de concurso público causou comoção na época. Houve uma polêmica gerada em torno da inscrição de uma mulher para concorrer a uma vaga de um concurso público realizado pela Secretaria de Relações Exteriores, em 1918.

Bernardes (2003) observa que o Itamaraty era um espaço estritamente masculino, e, pela primeira vez na história do país, uma mulher era autorizada a pleitear seu ingresso por meio de concurso público. O fato que mobilizou a imprensa e ocupou a agenda de alguns ilustres senhores, girava em torno do perigo que aquele precedente representava, pois sinalizava mudanças nos códigos que normatizavam a moral e os bons costumes.

Outro espaço que as mulheres ingressaram gradualmente e tiveram reconhecido o direito de estudar e trabalhar foi no ensino superior, especialmente as universidades públicas. É o que se verá a seguir.

3.8 O ingresso da mulher nas universidades do Brasil

Há mulheres que atuam, estudam, pesquisam e trabalham nas universidades públicas federais brasileiras. Dentre as principais funções e atuações se destacam as alunas de graduação e pós-graduação, docentes que ocupam cargos administrativos, pesquisadoras da área acadêmica, as técnicas administrativas representadas pelas administradoras, engenheiras, enfermeiras, fisioterapeutas, secretárias executivas, assistentes em administração, etc. e as terceirizadas que atuam na manutenção, serventes de limpeza, porteiras, segurança, eletricitas, etc. Sobre a admissão das servidoras técnicas administrativas e docentes a maioria ingressa por meio de concurso público.

As trabalhadoras terceirizadas ocupam principalmente funções de auxiliar de limpeza, porteiras, eletricitas, serviços gerais, etc. Furno (2015) verifica que o processo de terceirização afeta diretamente as mulheres que já ganham em geral somente 80% do salário dos homens.

Além disso, para a autora, as mulheres já são a maioria entre os trabalhadores terceirizados inclusive no setor público, por um agravante histórico da construção do patriarcado, o qual relega as mulheres naturalmente a uma posição subalterna no mercado e às posições com piores rendimentos e mais desvalorizado socialmente.

De acordo com Araújo et al. (2001), a introdução de elementos de um novo paradigma produtivo expõe as mulheres trabalhadoras a uma carga maior de responsabilidades e de cobrança por produção, além do aumento dos níveis de tensão nos ambientes de trabalho. Para a maioria das mulheres trabalhadoras, esse processo de mudanças tem o efeito perverso da manutenção ou aprofundamento da segregação e da exclusão. Para as autoras é possível afirmar que o movimento da reestruturação produtiva tem utilizado as diferenças de gênero como mecanismo para aprofundar a exploração de trabalhadores e trabalhadoras.

Segundo Paula (2005), em relação ao Estado brasileiro, o processo de terceirização ganhou força nos anos 1990, com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial. A crise do nacional-desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal. Nesse contexto, a administração pública gerencial, emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado pela sua adequação ao diagnóstico da crise do Estado e por seu alinhamento em relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos.

Sirelli (2009) diz que para superar a crise inflacionária e de legitimidade e modernizar a máquina, o Estado brasileiro fez uso das ferramentas gerenciais advindas do âmbito privado, por meio de uma reforma administrativa, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso e o ministro Bresser Pereira. Seguindo a diretriz da maioria dos países do mundo, se optou por medidas recessivas, adotando os princípios do neoliberalismo na busca do enxugamento da máquina estatal, por meio de privatizações, publicizações e terceirizações para reduzir o número de servidores públicos.

O mecanismo da terceirização ancorou-se no discurso depreciativo do servidor público, adicionado à bandeira da modernização, qualidade e redução do Estado. A terceirização da força de trabalho foi amparada pela legislação e legitimada com a Reforma Gerencial de 1995 (SIRELLI, 2009).

3.8.1 As primeiras discentes das universidades brasileiras

Para Motta, (2014) uma recente mudança no perfil dos alunos dos cursos superiores no País aponta para uma conquista social importante: dados do último Censo da Educação Superior, de 2012, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), confirmam que o universo acadêmico registra maior número de matrículas de mulheres, em cursos de graduação presenciais. Em todo o Brasil, são 3.286.415 matrículas femininas, contra 2.637.423 masculinas. Entretanto, o caminho trilhado pelas mulheres, rumo à universidade, foi longo.

Motta (2014), ao entrevistar a professora Nailda Marinho Bonatto, que coordena, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um estudo sobre a inserção e permanência feminina nos cursos superiores do Rio de Janeiro ao longo dos séculos XIX e XX, observa que a pesquisadora, com seu olhar histórico, levantou casos de mulheres que foram pioneiras no acesso a cursos superiores.

Bonatto declara, na entrevista, que apesar do ensino superior estar presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, foi com a reforma do ensino primário e secundário do município da corte e o superior em todo o império, instituída pelo decreto nº7247, de 19 de abril de 1879, que ficou conhecida como a Reforma Leôncio de Carvalho, que a mulher passou a ter esse direito citado.

Segundo a pesquisadora a primeira mulher a obter diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, graduada em Medicina no ano de 1822, nos Estados Unidos. Em 1877, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) se torna a primeira mulher a se graduar no país na faculdade de Medicina da Bahia.

Outro aspecto relevante levantado pela pesquisadora Bonatto foi o papel da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para a inserção acadêmica, em um período em que a mulher era vista ainda pela sociedade com a “rainha do lar”. Essa entidade foi precursora de várias iniciativas pela emancipação feminina, durante os anos 20 e 30 do século XX.

Segundo a autora essa entidade tinha como principal bandeira o voto feminino. Foi fundada em 1922 e sua presidente era Bertha Lutz (sufragista e líder do movimento pela inclusão acadêmica feminina), segunda mulher a passar em concurso público federal para trabalhar como pesquisadora no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Em seus congressos eram discutidos diversos temas, tais como: nacionalização do ensino público, a educação doméstica, o ensino primário, a formação para o magistério, o ensino secundário e o superior para mulheres (MOTTA; BONATTO, 2014).

Na entrevista a pesquisadora Bonatto (2014) observa que a Federação foi fundamental para a organização de três Congressos Feministas nos anos 20 e 30 do século XX, no Rio de Janeiro, ainda distrito federal; a 1ª Conferência pelo Progresso

Feminino; o 2º Congresso Internacional Feminista em 1931; e o 3º Congresso Internacional Feminista em 1936, sendo que entre os temas reivindicatórios estava a criação de um pavilhão feminino no Projeto Casa do Estudante do Brasil na cidade universitária atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1929, as mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundaram a União Universitária Feminina, que a partir da década de 30 foi presidida pela engenheira Carmem Velasco Portinho que também foi fundadora da Federação pelo Progresso Feminino. A União Universitária feminista foi convocada formalmente para a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para Trigo (1994), o ingresso das mulheres na Universidade no Brasil, se deu efetivamente a partir da década de trinta e teve como marco histórico a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, e como epicentro a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, significando uma ruptura com os centros tradicionais do ensino superior – direito, engenharia e medicina. Uma de suas características principais foi a mudança de recrutamento da população estudantil: pela primeira vez, a instituição de ensino superior incluiu mulheres e filhos de imigrantes em sua clientela. A criação da Faculdade de Filosofia foi o marco histórico da entrada das mulheres na Universidade.

Segundo a autora, nesse período histórico é válido afirmar que a mudança de posição das mulheres no campo social refletindo nas relações de gênero foi em consequência das mudanças socioeconômicas. As mulheres da classe média tiveram acesso à universidade e, portanto, verificou-se um entrelaçamento entre gênero e classe.

Trigo (1994) observa que a entrada das mulheres na Universidade foi ao mesmo tempo, produto e produtora de mudanças no nível de comportamento explícito, de código de sociabilidade, que alteraram a relação entre gêneros, às expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social da mulher.

Para a autora, essas mulheres foram, provavelmente, educadas nos padrões tradicionais no que diz respeito ao papel feminino, que preconizava o casamento e a maternidade como o único destino possível às mulheres. Por isso o próprio ideário da Faculdade de Filosofia contribuiu para que as famílias aceitassem o estudo universitário de suas filhas, já que não se visava o encaminhamento para uma profissão considerada masculina, muito pelo contrário, suas ideias almejavam a divulgação de um saber desinteressado (TRIGO, 1994).

3.8.2 As primeiras docentes das universidades brasileiras

De acordo com Trigo (1994) a partir desse grupo de homens e mulheres que ingressaram na Faculdade de Filosofia da USP foi formado o corpo docente, após a saída dos professores estrangeiros. Os catedráticos homens em quase totalidade tinham ampla liberdade para escolher seus auxiliares. Eles escolhiam aqueles alunos que no seu entender tinham potencial para fazer uma carreira universitária e levar adiante os projetos de sua cadeira. No que se refere às relações de gênero, as escolhas podiam ser feitas conforme o desejo do catedrático, entre alunos de um ou outro sexo, ou discriminar mulheres. No departamento de Filosofia era questão fechada à escolha a contratações exclusivamente masculinas, ou em algumas cadeiras de História.

Segundo a autora, as áreas de ciências biológicas foram as primeiras a contratar mulheres como assistentes para as cadeiras de Zoologia, Botânica, e Biologia, já em 1936. Em 1937 foi contrata a primeira professora na área de Ciências Humanas, na seção de História da Civilização Americana. Nas décadas seguintes se percebe o aumento das mulheres nas camadas inferiores da carreira acadêmica, colaborando como auxiliares e assistentes de ensino. O fato é que as mulheres começaram a ocupar posições no campo acadêmico e trazendo alterações nas relações de força.

Para Trigo (1994) a presença feminina trouxe como consequência uma possível ameaça com o perigo da feminização do campo com desperdícios das carreiras e possivelmente dos salários, pois é necessário lembrar que as carreiras se estruturam hierarquicamente em torno do poder econômico; o ofício do escritor, de produtor de conhecimento é socialmente considerado feminino.

Dessa forma a feminização da carreira acadêmica passou a ser considerada uma ameaça concreta no campo acadêmico. Assim os homens passam a ver as mulheres como possíveis competidoras e ter atitudes mais ou menos veladas no sentido de limitar sua ação. Apesar da ambivalência, o acesso ao mundo universitário para as mulheres contribuiu de forma significativa para o delineamento dos primeiros traços de uma nova subjetividade feminina, pois puderam rever algumas formas antigas de percepção de si mesmas, das relações delas com os homens, e com a sociedade (TRIGO, 1994).

Mas a violência simbólica e a opressão a que as mulheres estavam sujeitas não as impediram de trabalhar, estudar, pesquisar sobre gênero, mulheres, violência e empoderamento nas universidades públicas.

Apesar das dificuldades que pudessem advir desse desejo e as consequências para a sua saúde, para o seu convívio familiar e mesmo para sua carreira profissional, elas trilham e reconstróem seu caminho. Dentro do campo científico existem diversos trabalhos acadêmicos, projetos pedagógicos e ações administrativas que corporificam a preocupação com estas questões.

Segundo Zirbel (2007), as pesquisadoras brasileiras tiveram de se posicionar com a questão da legitimidade dentro e fora da Academia. A forma encontrada para obter apoio entre o Movimento de Mulheres, agrupar colaboradoras e impulsionar as pesquisas, foi o de uma área de estudos intitulada Estudos sobre a Mulher.

Segundo a autora, nas universidades, as primeiras teses e dissertações sobre a mulher estavam ligadas a temática do trabalho, nas Ciências Sociais, onde se faziam levantamentos sobre as condições de trabalho, diagnósticos populacionais, teorias sobre desenvolvimento, etc. Como dificuldade para a incorporação das mulheres no campo das pesquisas sobre o trabalho, duas questões foram observadas: a dificuldade em se apreender e classificar o trabalho feminino e a prática nas academias de uma generalização das atividades humanas que tem o trabalho masculino como modelo.

3.9 Violência simbólica enquanto dominação masculina

Bourdieu (1998) adverte que sempre viu na dominação masculina o exemplo do que se chama de violência simbólica, violência suave, invisível para as próprias vítimas, exercida pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou em última instância do sentimento. A força da ordem masculina não precisa ser justificada: a visão androcêntrica impõe-se e não tem necessidade de discursos que a legitimem.

Para o autor a força social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: a divisão social do trabalho com a distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos. Esse modo de percepção social incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é o mundo social que constrói a diferença entre os sexos, conformando-as a uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, inscrita ela mesma, com a divisão do trabalho na ordem social.

Portanto, a definição social dos órgãos sexuais é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, por meio da acentuação de certas diferenças ou do obscurecimento de certas semelhanças, onde o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. A dominação masculina encontra reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A prioridade concedida universalmente aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social (BOURDIEU, 1998).

O autor em questão analisa que as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante e histórico de reprodução para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens com violência física e violência simbólica) e instituições (Igreja, Escola, Estado). Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as serem vistas como naturais levando a uma depreciação ou autodesprezo sistemáticos. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina só pode ser compreendida se entendermos os efeitos que a ordem social exerce sobre as mulheres e os homens, ou seja, as disposições harmonizadas espontaneamente com esta ordem que se impõe.

Bourdieu (1998) mostra que uma relação de dominação só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências que depende para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima. Para isso é necessário que as mulheres sejam submetidas a um processo de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, e desde a infância vão aprendendo as virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio.

As perguntas que surgem são: se a dominação masculina é baseada na exploração, na divisão sexual do trabalho, na violência simbólica contra homens e mulheres, pode o feminino libertá-los da opressão e criar condições melhores de vida ao gênero humano? É possível a transformação das estruturas do mercado de bens simbólicos onde as mulheres não sejam tratadas como objeto? Existe a possibilidade de socialização que promova a autonomia e liberdade das mulheres? A universidade é capaz de atender essas demandas? Essas reflexões nos levaram a Paulo Freire.

3.10 A superação da opressão: A Pedagogia do oprimido por Paulo Freire

Paulo Freire, em seu livro *A Pedagogia do Oprimido* escrito em 1967, descreve com clareza a contradição *opressores e oprimidas* ⁽²⁾ e oferece alguns caminhos para a possível superação desse modo de viver. Deve-se esclarecer que o autor tinha uma visão marxista baseada na concepção de que não se tem uma educação neutra. Toda a educação é política e seu objetivo deve ser a libertação do povo.

Diz o autor que a violência dos opressores, que também os desumaniza, não instaura a vocação de ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva as oprimidas a lutar. Essa luta só faz sentido quando as oprimidas, ao buscarem sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem opressoras e nem se tornam opressoras dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. Para Freire (2014) é aí que reside a grande tarefa humanística e histórica das oprimidas - libertar-se a si e aos opressores.

Os opressores que exploram, oprimem e violentam, em razão de seu poder, não podem ter nesse poder a força de libertação das oprimidas e de si mesmo. Quando o poder dos opressores se pretende amenizar ante a debilidade das oprimidas, se expressa, na maioria das vezes, em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. A falsa generosidade dos opressores tem a necessidade da permanência da injustiça, isto é, a “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente desta “generosidade que se nutre da morte, do desânimo e da miséria” e também da violência (FREIRE, 2014).

Para o autor, a grande generosidade deve ser entendida como uma luta que faça desaparecer as razões que alimentam o falso amor, a falsa caridade, que permita a mão estendida em súplica da demitida da vida. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais homens, mulheres e povos precisem estender menos as suas mãos em súplica e se façam mais mãos humanas que trabalhem e transformem o mundo.

Freire (2014) observa que somente as oprimidas se encontram preparadas para entender o significado de uma sociedade opressora e a importância de sua libertação. Libertação que só chegará, segundo o autor, pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela, pelo seu fortalecimento.

² A escolha em escrever esta parte do texto no gênero feminino é da autora dessa pesquisa, como um modo de visibilizar a importância da mulher como protagonista na luta para a superação de sua opressão.

O autor observa que a questão a ser compreendida está em como poderão as oprimidas, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, da pedagogia de sua libertação. Freire (2014) observa que somente na medida em que se descubram “hospedeiras” do opressor, poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora.

Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. O autor reforça que num primeiro momento deste descobrimento, as oprimidas, em vez de buscarem a libertação na luta tendem a serem opressoras também. Isso ocorre porque a estrutura de seu pensamento encontra-se condicionada pela contradição vivida na situação concreta e existencial. O seu ideal é, realmente, serem mulheres, mas para elas serem mulheres, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes é clara, é ser opressoras. Estes são os seus testemunhos de humanidade (FREIRE, 2014).

O autor reconhece que isso implica por certos momentos de sua vida e de sua experiência existencial as oprimidas assumirem uma postura de aderência ao opressor. O seu conhecimento, como oprimidas se encontra prejudicado pela imersão em que se acham na realidade opressora.

Reconhecerem-se contrárias aos outros não significa ainda lutarem pela superação da contradição; um dos pólos da contradição não pretende a libertação, mas a identificação com o seu contrário. As oprimidas, em tal caso, “a mulher nova” não é aquela que supera a contradição da situação opressora e que cede lugar a uma libertação. Para elas a nova mulher são elas mesmas tornando-se opressoras de outros, sendo que tal visão é individualista. Perdura nelas, a sombra testemunhal do opressor antigo e continua a ser seu testemunho de “humanidade” (FREIRE, 2014).

A questão central para o autor é que “o medo da liberdade” de que se fazem objeto as oprimidas é que elas introjetam a “sombra” dos opressores e seguem as suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta implica a expulsão dessa sombra e exige delas que preencham o “vazio” deixado, com outro conteúdo - o de sua autonomia. A liberdade exige responsabilidade, é uma conquista e uma permanente busca.

De acordo com Freire (2014), ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens e mulheres se libertam em comunhão. Somente quando as oprimidas descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmas, superando sua convivência com o regime

opressor. Esta ação, porém, não pode ser mero ativismo, mas deve estar associada a uma profunda reflexão, para que seja práxis.

A luta pela humanização, pela superação da contradição entre opressor e oprimida necessita de que elas se convençam de que a luta exige delas, sua responsabilidade total. Esta luta não se justifica apenas na liberdade de comer, mas na liberdade para criar, construir, para admirar e aventurar-se. Essa liberdade requer que se seja ativa e responsável, não uma escrava bem alimentada da máquina. Se as condições sociais fomentam a existência de autômatas não existe amor à vida, mas amor à morte (FREIRE, 2014).

Para que o engajamento das mulheres na busca de igualdade de oportunidade, no combate às discriminações de qualquer espécie e se torne realidade é preciso criar práticas que permitam a superação de um sistema opressor que explora o gênero humano. O gênero feminino está em busca dessa libertação, apesar de todos os conflitos, barreiras, que se apresentam.

Para que a práxis aconteça é preciso compreender o caminho trilhado por mulheres e homens, especificamente no mundo acadêmico no combate a violência de gênero e contra a mulher.

Para que essa análise fosse possível nessa pesquisa, a partir do referencial teórico apresentado, se determinou as palavras-chaves - gênero mulheres e violência - para a sistematização, coleta e análise de dados encontrados nas sessenta e três universidades federais do Brasil. Será demonstrado a seguir como se realizou a coleta de dados.

4. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Definição da estratégia de busca, sistematização, coleta e análise de dados

Para a coleta e análise de dados foi elaborado um plano de análise que permitisse localizar informações, disponibilizadas pelas universidades federais, sobre relações de gênero e o combate à violência contra as mulheres, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas. (APÊNDICE A, pag.94). Para tanto se elaborou o quadro abaixo:

Quadro 02 - Planejamento do trabalho: sistematização de ideias iniciais

Localizar o que se pretende encontrar nos sites das universidades: informações disponibilizadas pelas universidades federais sobre o combate a violência contra mulheres. Referencial teórico Bourdieu, Freire, Silveira, Saffioti entre outros.
Identificação de conceitos: violência contra mulheres, gênero, opressão, patriarcado.
Palavras-chaves: Violência: simbólica, física, sexual, doméstica, psicológica, patrimonial, dominação masculina Gênero: feminino, masculino, diversidade, sexualidade, misoginia, machismo, sexismo. Mulheres: opressão, desumanidade, exploração, injustiça, discriminação, trabalho, escravidão, empoderamento
Características da informação: projetos de extensão, observatórios, laboratórios, grupos de estudo e pesquisa, revistas, órgãos institucionais e políticas públicas institucionais.
Sistema de busca: ferramentas de “busca” disponibilizadas e localizadas nos sites das respectivas universidades pesquisadas
Sistema de busca utilizado: operador booleano “AND” afim de que as palavras digitadas estivessem no documento a ser recuperado, em qualquer ordem. Importante observar que os principais mecanismos de busca assumem AND caso este seja omitido.
Verificação de erros ortográficos que possam prejudicar a busca

Fonte: elaborado pela autora (2016)

A partir desse planejamento se constatou a existência de sessenta e três universidades federais brasileiras que estão distribuídas pelas regiões do país: vinte e uma universidades na Região Sudeste, dezessete universidades na Região Nordeste, dez universidades na Região Norte, dez universidades na Região Sul, cinco universidades na Região Centro-Oeste.

Ao se acessar os sites das universidades federais e pesquisar por palavras-chaves, que tiveram como base o referencial teórico analisado, verificou-se que as mesmas participam e também realizam diversas ações. Diante da quantidade de informações descobertas procurou-se estabelecer algumas unidades de pesquisa a fim de se identificar ações e iniciativas, baseadas no referencial teórico escolhido. Ver APENDICE B, p.93. Foram encontrados alguns eventos, órgãos institucionais, políticas institucionais, projetos de extensão, redes de atendimento, publicações, etc., que estão demonstrados no quadro a seguir.

Quadro 03 - Principais ações, iniciativas encontradas nas universidades federais:

Grupo	Codificador
Universidades Federais do Brasil	Pesquisa das Palavras-chaves: Gênero mulheres e violência. Uso da Ferramenta “busca” nos sites das universidades federais brasileiras.
1. Presença de palavras-chaves nos sites das 63 universidades pesquisadas	
Não (X) Total: 10	Sim (X) Total: 53
Tipo de informação encontrada	
1. Encontros 2. Congressos nacionais e internacionais 3. Conferências 4. Festivais 5. Palestras 6. Premiações 7. Seminários 8. Fóruns 9. Exposições 10. Marchas 11. Produções artísticas 12. Oficinas de capacitação 13. Cursos 14. Campanhas 15. Simpósios 16. Exibição de filmes 17. Secretarias 18. Coordenadorias 19. Programas de graduação e de pós-graduação 20. Pró-reitorias 21. Ouvidorias 22. Ações afirmativas 23. Políticas pró-equidade de gênero 24. Uso do nome social cursos 25. Laboratórios 26. Observatórios 27. Núcleo de estudo 28. Grupos de estudos e pesquisas 29. Programa Saúde da mulher 30. Acolhimento 31. Combate à violência 32. Coletivos 33. Revistas 34. Anais 35. Livros 36. Dissertações 37. Teses 38. Vídeos 39. Documentários 40. Congressos nacionais e internacionais 41. Conferencias 42. Festivais	43. Palestras 44. Mídia 45. Seminários 46. Fóruns 47. Exposições 48. Marchas 49. Produções artísticas 50. Oficinas de capacitação 51. Cursos 52. Campanhas 53. Simpósios 54. Exibição de filmes 55. Secretarias 56. Coordenadorias 57. Programas de graduação e de pós-graduação, 58. Pró-reitorias 59. Ouvidorias 60. Ações afirmativas 61. Políticas pró-equidade de gênero 62. Uso do nome social cursos 63. Laboratórios 64. Observatórios 65. Núcleo de estudo 66. Grupos de estudos e pesquisas 67. Programa Saúde da mulher 68. Acolhimento 69. Combate à violência 70. Coletivos 71. Revistas 72. Anais 73. Livros 74. Dissertações 75. Teses 76. Vídeos 77. Documentários 78. Manuais 79. Filmes 80. Relatórios 81. Jornais 82. Boletins 83. Programa de rádio 84. Cartilhas 85. Entrevistas
(x) Norte (x) Nordeste (x) Centro-oeste (x) Sul (x) Sudeste	

Elaborado pela autora (2016)

Dentre essas ocorrências detectadas se percebeu a importância dos projetos de pesquisa e extensão, premiações, eventos, órgãos e políticas institucionais, redes de atendimento e publicações, pois se identificou diversas ações e atividades, tais como a existência de observatórios, laboratórios, os núcleos e grupos de pesquisa, prêmios,

cursos de extensão que abordam o combate a violência contra as mulheres e as relações de gênero, sendo que a participação das universidades federais tem sido fundamental para elaboração de políticas públicas, no âmbito local, regional, estadual e federal.

Diante dessas informações primárias encontradas foi necessária a constituição do corpus, isto é, a definição de quais documentos deveria ser submetida à análise. Para tanto foi definida categorias intermediárias. (APÊNDICE B, p.95).

Quadro 04 - Categorias intermediárias (1)

Grupo	Codificador
Ações pré-selecionadas	Eventos; órgãos; políticas institucionais; órgãos institucionais; projetos, rede de atendimento; publicações.
2. Ações pré-selecionadas de acordo com o referencial teórico pesquisado	
Eventos	Encontros, congressos nacionais e internacionais, conferências, festivais, palestras, seminários, jornadas, fóruns, exposições, marchas, produções artísticas, oficinas de capacitação, cursos, campanhas, simpósio, exibição de filmes.
Órgãos institucionais	Secretarias, coordenadorias, programas de graduação e de pós-graduação, pró-reitorias, ouvidorias.
Políticas institucionais	Ações afirmativas, políticas pró-igualdade de gênero, uso do nome social
Projetos de extensão	Cursos, laboratórios, observatórios, núcleo de estudo e pesquisas, grupos de estudo, grupos de pesquisa.
Rede de atendimento	Programa Saúde da mulher, acolhimento, combate à violência, coletivos.
Publicações	Revistas, anais, livros, dissertações, teses, vídeos, documentários, filmes, manuais, relatórios, jornais, boletins, programa de rádio, cartilhas, entrevistas.
Ações foram encontradas nas regiões:	
(x) Norte (x) Nordeste (x) Centro-oeste (x) Sul (x) Sudeste (x)	

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Com a estratégia de busca adotada se destacou os vinte e oito núcleos de estudos e pesquisa, cinco observatórios, cinco laboratórios, dezenove grupos de estudo, doze cursos de extensão, dez premiações, distribuídos nas diversas universidades federais, que de alguma forma realizam ações de combate a violência contra mulheres em acordo com o referencial teórico adotado.

É necessário reafirmar que deve existir maior quantidade de ocorrências que são relevantes para suas instituições, mas não foram ainda divulgados, no período pesquisado, de forma que se pudesse identificar por meio do critério escolhido em seus sites oficiais, ou não foram recuperados com a estratégia utilizada.

Outra questão a ser ressaltada é que o número de novos projetos, observatórios, laboratórios, núcleos e premiações poderão crescer diante da maior preocupação e

conscientização da sociedade brasileira sobre a violência contra mulher em todos os âmbitos onde atua. A partir dessa primeira categorização buscaram-se ações que tratassem da temática relação de gênero e o combate a violência contra mulheres. (APÊNDICE B, p. 95).

Quadro 05 - Categorias intermediárias (2)

Grupo	Codificador	
Ações selecionadas	Premiação, observatórios, núcleos, grupos de estudo e pesquisa.	
3. Tratar da temática combate a violência contra mulheres baseado no referencial teórico		
Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
Premiação	Universidades públicas federais que tenham apresentado ações no combate a violência contra mulheres reconhecidas no ambiente laboral	1. Selo pro-equidade de gênero
Núcleos	Propiciar um espaço de reflexão e produção de saberes, em torno de temas relacionados às experiências e pesquisas de gênero, mulheres e violência.	1. Núcleo de estudos sobre mulheres e gênero
Observatórios	Ações públicas de prevenção, atenção e coerção a violência contra mulheres. Fomentar a articulação de redes locais de enfrentamento a violência contra as mulheres	1. Observatórios de gênero e mulheres
Cursos	Capacitação de estudante, servidores e outros profissionais na aplicação de diretrizes nacionais no combate a violência contra mulheres	1. Curso de extensão
Grupo de estudos e pesquisa	Tratar da temática dos direitos da mulher em situação de risco	1. Grupo de estudo
(10) Premiações (19) grupo de estudo	(12) cursos de extensão Observatórios (05)	(05) laboratórios Núcleo de estudos (28)
Ações selecionadas nas regiões: (x) Norte (x) Nordeste (x) centro-oeste (x) Sul (x) Sudeste (x)		

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Observa-se que as experiências encontradas têm muita relevância para a compreensão da violência contra a mulher, bem como para a criação de propostas e ações que visem minimizar suas consequências.

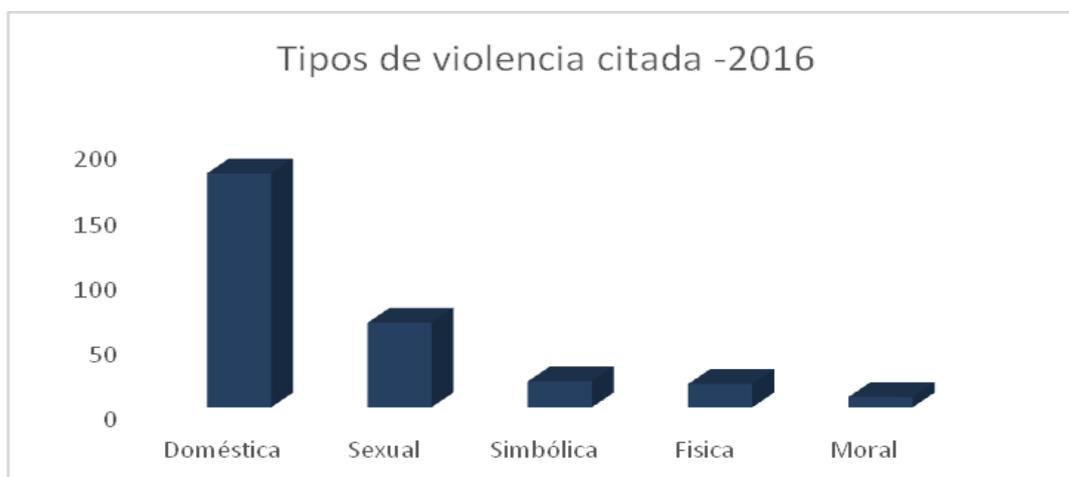
Gráfico 02 – ações, iniciativas e projetos



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Nesta pesquisa, por exemplo, se verificou, pela análise dos dados categorizados, quais os tipos de violência mais citados pelas universidades do país. A pesquisa foi realizada por meio da ferramenta “busca” dos sites das universidades federais e se utilizou as palavras-chaves: gênero, mulheres e violência.

Gráfico 03 – Tipos de violências



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Nota-se que a violência doméstica, sexual e simbólica são as mais citadas. Assim entende-se por a necessidade de compreender alguns aspectos de alguns tipos de violência a que mulheres estão sujeitas dentro e fora das universidades federais. Cada grupo tem uma dinâmica própria de trabalho que não está detalhada de forma específica.

A violência contra as mulheres é um problema de grandes proporções que causa muito sofrimento. Pode ocorrer nos lares, escolas, no local de trabalho, no campo ou nas

idades, inclusive dentro das próprias universidades. Nota-se que, especialmente a violência simbólica permeia todas as instituições.

As formas de violência mais citadas foram estupro, exploração sexual, escravidão doméstica, assédio moral e sexual, feminicídio.

No Brasil, com a criação da Lei Maria da Penha (2013) - Lei nº 11.340/2006 se define e tipifica as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral) e também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social. Essa lei busca minimizar a violência contra as mulheres no país.

Nota-se que as diversas formas de violências física, sexual moral, psicológico e patrimonial, pode culminar em alguns casos em feminicídio. Para Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013) o feminicídio pode ser definido como:

[...] a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (BRASIL, 2013b, p.1003).

Partindo do referencial teórico desta pesquisa se priorizou então as experiências que pudessem contribuir com informações para a proposta de intervenção e na construção de um Observatório de Gênero, Mulheres e Violência na Universidade Federal de São Carlos que priorizem o combate a violência contra as mulheres.

Para tanto se criou a categoria para a descrição dessas ações: experiências exitosas consolidadas e exitosas recentes.

Por experiências exitosas consolidadas se entende as ações bem-sucedidas onde a característica principal considerada é sua longevidade, o seu objetivo geral, as atividades desenvolvidas, vínculos e parcerias, seu impacto local, regional, nacional e internacional que apresentam e que estejam de acordo com o referencial teórico desta pesquisa. Por esse critério se destacam cinco núcleos de pesquisa.

Para a classificação de experiências exitosas recentes, se considerou a especificidade das ações desenvolvidas que proporcionassem abordagens diferenciadas,

dentro e fora das universidades e que estejam de acordo com o referencial teórico desta pesquisa. (APÊNDICE B, p. 95).

Após esta segunda categorização foram selecionados cursos, grupos de estudo, laboratórios, observatórios, núcleos de estudo e pesquisa, premiações que foram categorizados em experiências exitosas consolidadas e recentes.

Quadro 06 - Categorias intermediárias (3)

Grupo	Codificador	
Experiências classificadas	Exitosas consolidadas e exitosas recentes	
1. Ações selecionadas e classificadas em relação ao seu êxito e coerência com referencial teórico		
Sim (X)	Não ()	total de ocorrências: 10
Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
1. Núcleos de estudos sobre mulheres e gênero	Longevidade, Ações bem sucedidas, atividades desenvolvidas, vínculos e parcerias, impacto local, regional, nacional e internacional no combate a violência contra as mulheres.	Experiências exitosas/consolidadas
1. Selo pro-equidade de gênero 2. Observatórios de gênero e mulheres 3. Curso de extensão 4. Grupo de estudo	Experiências com pouco tempo de existência, mas que desenvolvem ações e abordagens importantes No combate a violência contra as mulheres	Experiências exitosas/ recentes
Experiências exitosas/consolidadas (05)		Experiências exitosas/recentes (05)
Ações classificadas por região:		
(01) Norte (01) Nordeste (01) centro-oeste (01) Sul (05) Sudeste (02)		

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A partir da categorização das experiências exitosas se buscou destacar suas principais características, objetivos, ações desenvolvidas.

4.2 Experiências exitosas consolidadas: os núcleos de estudo em gênero mulheres

Dentre as experiências destaca-se o papel dos núcleos de estudo e pesquisa. Concorde-se com Carvalho et al. (2015) que essas iniciativas propõem em muitos casos a desconstrução da dominação masculina, por meio de propostas inovadoras, intervenções e ações dentro e fora das instituições universitárias.

Para análise das contribuições desses núcleos destacamos cinco experiências exitosas consolidadas, onde os critérios de classificação utilizados foram o tempo de existência, o seu objetivo geral, atividades desenvolvidas, vínculos e parcerias, impacto

local, regional, nacional e internacional que apresentam. Esses núcleos apresentam em torno de vinte a trinta anos de existência em média.

O texto apresentado na tabela foi retirado e adaptado dos sites dos núcleos previamente selecionados. Foram acessados os sites dos núcleos, para a obtenção de informações sobre a sua atuação durante o período de março a julho de 2016.

Deve-se, porém, reafirmar que todos os núcleos levantados nesta pesquisa são de grande importância para área.

Para esta pesquisa foi definida a utilização da ferramenta busca nos sites das universidades federais, pois existem informações disponibilizadas do histórico desses núcleos, atividades desenvolvidas, bem como resultados que pessoas da comunidade externa e interna podem acessar caso necessitem obter informações.

Outra forma de busca seria o site do CNPQq, por exemplo, mas o acesso às informações detalhadas requer formas e critérios de busca que somente pessoas da área teriam maiores condições para realizá-lo. Esta análise deve ser realizada em estudos futuros por meio da proposta de intervenção do Observatório dessa pesquisa.

Assim pela abordagem dos sites da universidade federais, se selecionou cinco núcleos, de acordo com o referencial teórico adotado. Os textos dos quadros foram escolhidos dos endereços eletrônicos dos núcleos nomeados.

Quadro 07 - Experiências exitosas consolidadas: Os núcleos de estudos

NEIM/UFBA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher Universidade Federal da Bahia
 Profa. Dra. Rosângela Costa Araújo (coordenadora); Profa. Msa. Clarice Costa Pinheiro (vice-coordenadora).

Criação: 1983.

Núcleo de estudos feminista mais antigo do país. Em 1989, vincula-se à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH). Em 1995, transforma-se em Órgão Suplementar, por decisão do Conselho Universitário e é reconhecido pelo Ministério de Educação, através da Portaria do Ministro Paulo Renato de Souza. Em 2008, através da Resolução 02/08, de 29.02.2008, Em 11 de julho de 2013 passa a integrar a estrutura da FFCH como Órgão Complementar, pelo Conselho Universitário da UFBA. O Núcleo Contribuiu para a criação do curso de **Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade** com concentração em Políticas Públicas e também para programa de **Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)**, o primeiro nessa temática no país e na América Latina. **Objetivos gerais:** 1. Estimular a realização de estudos e pesquisas interdisciplinares sobre as questões das mulheres e relações de gênero. 2. Desenvolver o ensino sobre o tema através da promoção de cursos, seminário e debates; 3. Fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que visem à equidade de gênero; 4. Desenvolver atividades de extensão e assessorias, contribuindo para o encaminhamento prático de soluções de problemas ligados às mulheres; 5. Participar de eventos nacionais e internacionais relativos às questões das mulheres e relações de gênero; 6. Publicar e divulgar resultados de pesquisas em torno das temáticas mulheres e relações de gênero; 7. Manter centro de documentação com publicações nacionais e estrangeiras, além de trabalhos inéditos (teses, etc.). **Vínculos e parcerias:** OBSERVE - Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha. Consórcio liderado formalmente pelo NEIM/UFBA e composto por outras oito instituições, contando, ainda, com três redes parceiras, cobrindo as cinco regiões do país. As três Redes parceiras componentes do Consórcio são a REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero), o CLADEM/Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres) e a Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (NEIM/UFBA, 2016). Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/> Acesso em: janeiro, 2016.

NEPEM/UFMG – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e CIFG/UFMG / Centro do Interesse Feminista e de Gênero Universidade Federal Minas Gerais . Coordenação: Profa. Dra. Marlise Miriam Matos de Almeida.

Criação: 1984. **Objetivo:** articular os estudos e pesquisas desenvolvidas pelos diferentes departamentos e setores da UFMG sobre a condição da mulher na sociedade brasileira. **Objetivos gerais:** 1. Desenvolver estudos e pesquisas sobre as mulheres e as relações de gênero; 2. Promover e coordenar seminários e conferências no âmbito da universidade; 3. Promover e divulgar, periodicamente, cursos sobre a situação da mulher (relações de gênero, étnico raciais, sexualidade entre outros), em diferentes perspectivas, oferecidos pela UFMG e fora dela; 4. Realizar levantamentos sistemáticos de bibliografia e discussões teóricas sobre temas de interesse do Núcleo 5. Organizar serviço de documentação com a finalidade de reunir documentos, teses, artigos de periódicos, livros e outras publicações referentes à situação da mulher; 6. Promover a divulgação de estudos e trabalhos realizados pelo Núcleo; 7. Manter intercâmbio com instituições afins, no país e no exterior. **Vínculos e parcerias:** o Centro do Interesse Feminista e de Gênero foi criado no ano de 2008 para complementar e expandir a atuação do NEPEM/UFMG no que tange às reflexões de gênero e feministas. Este campo científico vem ganhando crescente sistematização e visibilidade – inicialmente, por problematizar o lugar social das mulheres e, logo a seguir, por colocar em foco as relações de gênero – estas trouxeram às diferentes ciências e disciplinas as mais significativas contribuições críticas. (NEPEM/UFMG, 2016). Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/nepem/> acesso em: junho, 2016.

NIEM/UFRGS Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Coordenadora: Profa. Drª. Jussara Reis Prá.

Criação :1984. **Objetivo:** articular os segmentos feminino e masculino junto ao meio acadêmico e como elemento de ligação entre a Universidade e a Comunidade Rio-grandense com participação de professoras/es, pesquisadoras/es, funcionárias/os e alunas/s de diversas áreas. Fomentar o ensino e a pesquisa sobre a Questão da Mulher e as Relações de Gênero por meio da realização de programas e eventos junto aos meios científicos e feministas locais, nacionais e internacionais.

Objetivos gerais: 1. Realizar de estudos e pesquisas interdisciplinares; 2. Elaborar de projetos de pesquisa sobre a mulher e as relações de gênero; 3. Realizar de atividades de assessoria e consultoria; 4. Incrementar dos estudos sobre mulher nas áreas de comportamento político; 5. Desenvolver o ensino sobre gênero. **Vínculos e parcerias:** Grupo de Pesquisa sobre *Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas*, o qual é associado à temática Cultura Política e Opinião Pública, linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Consórcio nacional do Observatório de Aplicação da Lei Maria da Penha, coordenado no Rio Grande do Sul pelo Coletivo Feminino Plural, tendo como parcerias também a Themis e a Rede Feminista de Saúde. (NIEM/UFRGS, 2016). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/> acesso em: junho 2016.

NEGUEM/UFU - Núcleo de Estudos de Gênero Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora: Jorgetania da Silva Ferreira.

Criação: 1992 **Objetivo:** Propiciar um espaço de reflexão e produção de saberes, em torno de temas relacionados às múltiplas experiências e pesquisas de gênero. **Objetivos gerais:** 1. Promover a Publicação da revista, Caderno Espaço Feminino, criada em 1994 com o objetivo de dar visibilidade aos resultados das pesquisas acadêmicas. 2. Desenvolver estudos e pesquisas sobre as relações de gênero; 3. Propor disciplinas relacionadas com as questões de Gênero; 4. Propiciar aos estudantes de graduação e pós-graduação da UFU a oportunidade de colaboração, debates e pesquisa sobre a temática; 5. Realizar Seminários, Simpósios, Congressos, Conferências e Encontros, Cursos de extensão, atualização e Especialização que viabilizem a análise e a discussão da temática; 6. Estabelecer relações com núcleos e grupos de pesquisa que têm o gênero como um de seus temas; 7. Promover convênios com associações e entidades, fornecendo assessoria a entidades nacionais e internacionais; 8. Estabelecer intercâmbio e participar de reuniões promovidas por associações, grupos e organizações nacionais e estrangeiras, referentes a temas vinculados às Relações Sociais de Gênero, visando a maior integração de conhecimentos e participação na definição de políticas públicas; 9. Reunir e organizar acervo documental para subsidiar as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na área; 10. Incentivar a divulgação dos resultados de estudos e pesquisas, desenvolvidas pelo NEGUEM, e por outros pesquisadores que tratem da temática na revista Caderno Espaço Feminina ou em outro periódico (NEGUEM/UFU, 2016). Disponível em: <http://www.neguem.inhis.ufu.br/> acesso em: julho, 2016.

NEG/UFPR - Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora: Profa.Dra. Ana Paula Vosne Martins

Criação: 1994. **Objetivo:** objetivo de estimular os estudos e as discussões sobre questões de gênero, promovendo seminários, palestras, projetos e eventos de extensão. **Atividades:** 1. Reuniões mensais do Núcleo com a participação das(os) pesquisadoras(es) e estudantes de graduação e pós-graduação cujas pesquisas são orientadas pelas(os) pesquisadoras(es); 2. Oferecer cursos de aperfeiçoamento voltados para profissionais de diferentes áreas que atuam no serviço público municipal (Prefeitura de Curitiba) e professores da rede de ensino público (Associação dos Professores do Paraná - APP Sindicato); 3. Ampliar a interlocução, as parcerias, a divulgação e a inserção dos estudos e problemáticas sociais e culturais de gênero nestes espaços.

Vínculos e parcerias: Em 2009 o Núcleo iniciou um projeto de cooperação internacional financiado pela CAPES envolvendo pesquisadoras (es) e estudantes de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná e da Universidad de Holguín, Cuba. O objetivo do projeto era fomentar a produção de conhecimento e pesquisa nas epistemologias de gênero visando à interlocução acadêmica, a troca de experiências, a socialização de resultados e, por fim, as análises das dinâmicas culturais no Brasil e em Cuba. Em 2012 o NEG foi contemplado com outro edital de cooperação internacional financiado pela CAPES, com o título Políticas Públicas de gênero no Brasil e em Cuba: aproximações, diálogos e desafios (NEG/UFPR, 2016) Disponível em: <http://www.generos.ufpr.br/> acesso em julho, 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Observa-se que os núcleos de estudo são importantes para o combate à violência de gênero e mulheres no país. Produzem pesquisas acadêmicas, cursos, seminários, encontros, palestras congressos, publicações abordando diferentes temas, promovem diversas atividades que trabalham para o entendimento a minimização dessa violência, abordam as relações de gênero, propõe a criação de espaços para reflexão e troca de saberes. Fornece o conhecimento científico, trabalham por meio de projetos, vínculos e parcerias dando suporte as mais diversas ações, por mais de trinta anos de dedicação e estudos.

Esses núcleos têm o propósito de ser um espaço e reflexão onde se possam realizar pesquisas, assessorias, parcerias e articular segmentos femininos. Suas contribuições parecem ser pouco conhecidas pela população em geral, mas fica evidente a sua importância para os grupos de risco envolvidos.

Também fazem diversas parcerias com instituições públicas locais, nacionais e internacionais. No que tange aos objetivos da presente pesquisa, uma das parcerias mais importante no combate à violência contra as mulheres foi a do Núcleo Estudos Interdisciplinares sobre a mulher da Universidade Federal da Bahia – NEIM/UFBA, responsável pelo OBSERVE - Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha, consórcio liderado formalmente por esse núcleo e composto por outras oito instituições, três redes parceiras, cobrindo as cinco regiões do país.

As três Redes parceiras componentes do Consórcio são a REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero), o CLADEM/Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres) e a Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (NEIM/UFBA, 2016). Segue a estrutura desse consórcio:

Quadro 08 - Estrutura organizacional do OBSERVE:

<p>COORDENAÇÃO NACIONAL E COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE NEIM/UFBA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia – Salvador/BA - www.neim.ufba.br – neim@ufba.br</p> <p>COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO-OESTE AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento) – Brasília / DF - http://www.agende.org.br – agende@agende.org.br</p> <p>COORDENAÇÃO REGIONAL SUDESTE CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação) – Rio de Janeiro/RJ - http://www.cepia.org.br - cepia@cepia.org.br</p> <p>COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE GPEM/UFPA (Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulheres e Relações de Gênero da Universidade Federal do Pará) – Belém/PA - gepemsh@ufpa.br</p> <p>COORDENAÇÃO REGIONAL SUL Coletivo Feminino Plural – Porto Alegre/RS - http://www.femininoplural.com.br - femininoplural@femininoplural.org.br http://www.redor.ufba.br/. (OBSERVATÓRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA LMP, 2016).</p> <p>ORGANIZAÇÕES CONSORCIADAS NEPeM/UNB (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade de Brasília) – Brasília/DF - http://www.unb.br/ceam/nepem/ - nepem@unb.br</p> <p>NIEM/UFRGS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Porto Alegre/RS - http://www6.ufrgs.br/nucleomulher/index.php</p> <p>NEPP-DH (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro) – Rio de Janeiro/RJ - http://www.nepp-dh.ufrj.br/</p> <p>THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero – Porto Alegre/RS - www.themis.org.br http://www.redor.ufba.br/. (OBSERVATÓRIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA LMP, 2016).</p> <p>REDES PARCEIRAS: CLADEM/Brasil – Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres - http://www.cladem.org/.</p> <p>Rede Feminista de Saúde – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Porto Alegre/RS - http://www.redesaude.org.br/ - E-mail: redefeminista@redesaude.org.br</p> <p>REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero - http://www.redor.ufba.br/.</p>

Fonte: Observatório para implementação da lei Maria da Penha LMP, 2016.

É imprescindível que as universidades empreguem seu conhecimento em causa própria, intensificando ações de combate à violência de gênero e contra as mulheres, formando docentes, técnicos administrativos, e alunos preocupados com a construção de novas formas de agir e pensar o mundo, a sociedade e a academia. É preciso que existam ações inovadoras promovedoras de transformação estrutural, de forma participativa e dialógica para que não se perpetue a opressão dentro e fora das universidades.

Com esclarece Freire (2014):

[...]. A luta pela humanização, pela superação da contradição entre opressor-oprimidos é preciso que eles se convençam de que a luta exige deles, a partir do momento em que aceitam a sua responsabilidade total. E que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar, construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se a as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor a vida mas amor à morte (FREIRE, 2014, p. 76)

Para o autor a presença dos oprimidos na busca de sua libertação é o que deve ser: engajamento. O nosso modelo de humanidade precisa ser reconstruído e transformado.

4.3 Experiências exitosas recentes: ações diferenciadas de abordagem

Para a classificação de experiências exitosas mais recentes, se considerou a proposta apresentada, a participação de pessoas com diversos conhecimentos e atuações no ambiente universitário, estudos, ações que proporcionam abordagens diferenciadas dentro e fora das universidades. Por esse critério se destaca 01 curso de extensão, 01 grupo de estudos, 02 observatórios e 01 premiação. O texto apresentado na tabela, foi retirado e adaptado dos sites dessas ações, durante o período de março a julho de 2016.

Os textos dos quadros forma selecionados dos endereços eletrônicos das ações selecionadas.

Quadro 09 - Experiências exitosas/ recentes

<p>Curso de extensão: Investigação, processo e julgamento de mortes violentas de mulheres com a perspectiva de gênero. Universidade de Brasília /Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Coordenadora do projeto: Ela Wiecko, professora da Faculdade de Direito/UnB.</p> <p>Ano de realização: 2015. Objetivo: Capacitar estudantes e profissionais como policiais civis e militares, bombeiros, agentes de saúde, delegados, promotores de justiça, juízes e servidores, na aplicação das diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres, conhecidas como feminicídios. Parceria: O curso na UnB foi uma parceria entre a ONU Mulheres e o Grupo Candango de Criminologia, da Faculdade de Direito, com a participação do Grupo de Estudos de Gênero e Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia, e do Núcleo de Estudo e Pesquisa Sobre a Mulher do Departamento de Sociologia. O curso de extensão "Investigação, processo e julgamento de mortes violentas de mulheres com a perspectiva de gênero", realizado na Fundação Memorial Darcy Ribeiro, estava vinculado às ações de promoção do movimento <u>ElesPorElas</u> (HeForShe, em inglês) na UnB. Campanha lançada em 2013 pela ONU Mulheres, para que homens e meninos se formem e se sensibilizem para a promoção de igualdade de gênero, em proteção a mulheres e meninas (SECOM/ UNB, 2015). Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9662> Acesso em: janeiro, 2016.</p>
<p>Grupo - Generalizando (Direitos Sexuais e de Gênero)- SAJU/UFRGS Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.</p> <p>Ano de criação; 2006. Objetivo: trata da temática dos direitos da mulher, englobando em suas ações todas as sexualidades e possibilidades que o masculino e o feminino apresentam. O público-alvo do grupo é composto por mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vítimas de violência, e também a população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e trans), que sofre com a homofobia e violências cotidianas silenciosas. Busca-se a solução de conflitos pela via extrajudicial ou judicial, com a perspectiva de reduzir possíveis danos, traumas ou desgastes que possam vir a se agravar ou se desenvolver ao longo do litígio. O grupo realizar atividades junto à comunidade, como oficinas, distribuição de material informativo/pedagógico, promoção de debates, entre outras atividades, bem como a articulação com entidades da região, com organização e participação em eventos condizentes às temáticas trabalhadas (SAJU/UFRGS, 2016). Disponível em: http://www.ufrgs.br/saju/grupos/g8-generalizando acesso em: junho, 2016.</p>
<p>Selo Pró-equidade de gênero – Universidade Federal do Paraná (2015). Coordenador: vice-reitor da UFPR, Rogério Mulinari.</p> <p>Única instituição de ensino superior do país contemplada na 5ª edição do programa pró-equidade de gênero e raça, em 2015 (SPPM,2015). Ações desenvolvidas: 1. Recrutamento e seleção, cujas ações promovem a construção de uma base de dados sobre os colaboradores da UFPR; 2.adequação da linguagem institucional estabelecida por conselho superior; 3. Capacitação e treinamento por meio de palestras aos servidores da UFPR; 4. Mecanismos de combate às práticas de desigualdades e discriminações de gênero e raça e à ocorrência de assédio moral e sexual, determinado por resolução do Conselho Superior; 5. Propaganda institucional interna e externa (tem como objetivo divulgar programas e conteúdo de gênero e questões étnico-raciais nos programas de comunicação institucional da UFPR); 6. Divulgação no site da UFPR das fotos dos cursos de formação sobre o tema; 7.criação de um centro de atendimento a vítimas de discriminação e violência de gênero; 8. Inserção de conteúdos de gênero e questões étnico raciais, manuais e documentos para informar e combater homofobia, lesbofobia, transfobia, discriminações e violências; 9. Criação do projeto “conte conosco” – disponibilização de uma plataforma virtual na qual as pessoas que se sentem vítimas da discriminação e da violência podem se encontrar com especialistas e pesquisadores preparados para lidar com as diversas frentes que a problemática pode gerar. (Munhoz e Carrara, 2015) (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/UFPR, 2015). Disponível em: https://www.ufpr.br/portafulpr/blog/noticias/ufpr-recebera-inedito-selo-de-pro-equidade-de-genero-e-raca/. Acesso em: janeiro, 2016.</p>
<p>Observatório da Violência de Gênero no Amazonas Universidade Federal do Amazonas. Coordenação Geral: Flávia Melo da Cunha.</p> <p>Criação: 2012. O programa desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão na área dos estudos de gênero e violência em interface com outros campos de conhecimento como direito, políticas públicas, serviço social, saúde pública, estatística e arquivologia. Dedicar-se a análise de percepções locais das violências e ao diagnóstico da violência contra mulheres no Amazonas por meio dos registros policiais das agências de segurança pública. A partir da categoria analítica gênero investiga a violência contra mulheres em suas dinâmicas locais e as ações públicas existentes para seu enfrentamento no Amazonas. O observatório se apoia nos conceitos de: gênero: constructo social organizador das relações sociais entre os sexos. Violência contra mulheres: ato coercitivo (psicológico, físico, moral, sexual ou patrimonial) perpetrado contra mulher, independente do meio onde ocorre ou de quem perpetra. Enfrentamento. Ações públicas de prevenção, atenção e coerção a violência contra mulheres.Objetivo geral: Fomentar a articulação de redes locais de enfrentamento a violência contra as mulheres (VCM). Objetivos específicos: 1.identificar instituições disponíveis para o enfrentamento à VCM; 2. Diagnosticar a VCM a partir dos arquivos das agências de segurança pública; 3. Promover oficinas para profissionais da justiça, segurança pública e assistência social; 4. Fortalecer o controle social. Disponível em: file:///F:/Nova%20pasta/Folder%20OVBGAM2.pdf file:///F:/Nova%20pasta/Folder%20OVBGAM1.pdf . Acesso em: janeiro, 2016.</p>

Observatório de Gênero e Diversidade da Universidade Federal de Pelotas. Iniciativa da Pró Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel

Criação: 2014 **O objetivo geral:** Fortalecer as atuações da UFPEL neste âmbito e incentivar ações em parceria com outras instituições governamentais e não governamentais, ampliando a rede na cidade e região. A proposta é interdisciplinar e se estende para além dos limites da Universidade Federal de Pelotas, para a congregação de informações, grupos e organizações já existentes e ações a serem desenvolvidas referentes a gênero e diversidade. **Objetivos específicos:** 1. Criar e manter uma plataforma online de acesso irrestrito disponibilizando todos os dados e informações sistematizadas e demais produtos do observatório; 2. Criar uma rede de estudos e ações envolvendo diversos grupos e instituições relacionados a gênero e diversidade sexual; 3. Identificar questões de gênero e diversidade na região a serem abordadas e trabalhadas prioritariamente por meio de projetos e ações; 4. Promover, ampla e irrestritamente, a percepção e a consciência da igualdade entre os gêneros e da diversidade sexual enquanto direitos humanos; 5. Organizar e executar projetos de extensão envolvendo ações de esclarecimento, formação, capacitação e divulgação a respeito de questões de gênero e diversidade sexual; 6. Subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas de gênero e de diversidade sexual na região; 7) articular esse programa de extensão a iniciativas de ensino e também de pesquisas, buscando não dissociar esses três eixos da universidade. **Ações desenvolvidas** 1. participação da semana da mulher, realizada na cidade de Pelotas, de 08 a 14 de março de 2015; 2. Participação no conselho municipal dos direitos da mulher, da cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul; 3. Participação da feira do livro de Pelotas, para a divulgação das pesquisas e publicações de nossas pesquisadoras/es na área de gênero e sexualidade; 4. Condução da **campanha Pelotas sem medo**, contra a violência de gênero, especialmente com jovens acadêmicas; 5. Organização de uma pré-conferência na UFPel para a comunidade universitária; 6. **II seminário da mulher do campo e da cidade de São Lourenço do Sul** (OBSERVATÓRIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE/UFPEL, 2014). Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatorio/quem-somos/> acesso em, maio, 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Dentro das experiências destaca-se a transversalidade e a multiplicidade das ações, que se preocupam também com outros grupos socialmente discriminados.

O grupo Generalizando (Direitos Sexuais e de Gênero) - SAJU/UFRGS (2016) realiza assessoria jurídica as mulheres com problemas socioeconômicos e a população LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e trans), que sofre com a homofobia e violências cotidianas silenciosas.

Outra ação importante foi a parceria entre a ONU e a UnB que realizaram o curso de extensão Investigação, processo e julgamento de mortes violentas de mulheres com a perspectiva de gênero para servidores públicos que atuam nessa área de atendimento (SECOM/ UNB, 2015).

A Universidade Federal do Paraná desenvolveu ações específicas, direcionadas aos servidores públicos em sua instituição e foi à única universidade premiada com o selo pró-equidade de gênero realizada pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres em 2015 (SPPM, 2015). Suas ações procuraram adequar à linguagem institucional, capacitação, treinamento, campanhas e especialmente a criação de uma plataforma virtual para denúncias de atos violentos, onde a preocupação é manter o sigilo do denunciante (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/UFPR, 2015).

A criação do Observatório de Gênero e Diversidade Universidade Federal de Pelotas em 2014 também realiza trabalhos de conscientização, acompanhamento de indicadores, disponibilização de informações importantes, divulgação de redes de atendimento em âmbito local e regional. Em seus objetivos específicos se sobressai à

preocupação em criar e manter uma plataforma online de acesso irrestrito disponibilizando todos os dados e informações sistematizadas e demais produtos do Observatório (OBSERVATÓRIO DE GÊNERO E DIVERSIDADE/UFPEL, 2014).

Criado em 2012 o Observatório de Gênero do Amazonas (2015) faz suas considerações baseadas nos seguintes conceitos: gênero: constructo social organizador das relações sociais entre os sexos; violência contra mulheres, ato coercitivo (psicológico, físico, moral, sexual ou patrimonial) perpetrado contra mulher, independente do meio onde ocorre ou de quem perpetra; enfrentamento, ações públicas de prevenção, atenção e coerção a violência contra mulheres.

O Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (2015) verificou que em todo o país e na América Latina há pelos menos duas décadas a instituição e consolidação de observatórios: grupos multidisciplinares de pesquisadores e instituições acadêmicas, instituições governamentais e não governamentais articuladas em rede para o monitoramento e avaliação de políticas públicas em várias áreas.

Dedica-se a problemática da violência contra mulheres no estado do Amazonas e suas pesquisas são direcionadas à análise de percepções locais das violências e ao diagnóstico da violência contra mulheres através dos registros de ocorrências policiais das agências de segurança pública (OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO AMAZONAS, 2015). Seus projetos de extensão promovem o mapeamento dos recursos estatais disponibilizados para o enfrentamento à violência contra mulheres nas áreas de justiça, saúde e defesa social; no fortalecimento da rede de enfrentamento e do controle social.

Segundo o Observatório de Gênero do Amazonas (2015) os resultados alcançados foram: Duzentas instituições públicas e privadas visitadas e cadastradas; Publicação do catálogo da rede de enfrentamento no Alto Solimões; Criação de banco de dados com 10.970 registros policiais; Publicação do mapa da violência contra mulheres no Alto Solimões e baixo Amazonas; Promoção de 40 oficinas em 14 municípios do Amazonas; Cerca de 1000 pessoas alcançadas entre profissionais, lideranças e adolescentes; apoio à elaboração de projetos para políticas públicas para mulheres (Amaturá e Tabatinga).

Em relação a essas experiências encontradas nota-se a importância das universidades para o combate à discriminação e violência contra mulheres. As pesquisadoras e executoras dessas políticas têm grande experiência e conhecimento e precisam ser mais ouvidas e respeitadas dentro de suas organizações.

Percebe-se, porém, que esses trabalhos precisam de maior divulgação à população, disponibilização a um grupo maiores de pessoas, interligação entre as universidades federais do país, para que novas propostas possam surgir na elaboração de políticas públicas de combate à violência contra mulheres dentro e fora das universidades federais.

Essas ações devem acontecer de forma dialógica, para que se aprenda e ensine novas formas de atuação num campo tão complexo e com diversas percepções e demandas.

Freire (2014) observa que esse diálogo começa na busca de conteúdo programático que não pode ser uma doação ou imposição, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada daqueles elementos que o público participante lhe entregou de forma desestruturada.

Observa-se que as ações desenvolvidas para o enfrentamento a violência de gênero contra as mulheres nas universidades, devem ser disponibilizadas de forma que a comunidade externa e interna, com pouco acesso a informações para que possa buscar conhecimento adequado. A pesquisa demonstrou que existe a necessidade de práticas sistemáticas de coleta, organização, tratamento e internalização contínua de informações geradas pelas IFES, que podem ser disponibilizadas por meio de um Observatório.

5 PROPOSTA DE AÇÃO DE INTERVENÇÃO

Diante desses resultados parciais encontrados, esta pesquisa apresenta como proposta a criação de um “Observatório Gênero, Mulheres e Violência”.

Percebeu-se que o Observatório, dentre as experiências destacadas é o mais adequado para o propósito desse estudo, que tem como uma das metas sistematizar, organizar, tratar e disponibilizar, algumas informações e ações encontradas durante essa pesquisa, sobre violência contra as mulheres. Para tanto faz-se necessário compreender o conceito de Observatório.

5.1 Definição de Observatório

Segundo o Dicionário Aurélio (2008) Observatório (s.m) 1. Instituição ou serviço de observações astronômicas ou meteorológicas, 2. Edifício onde funciona.

Por analogia aos "Observatórios Astronômicos", um Observatório é uma instituição ou grupo que se propõe a diligenciar, acompanhar e/ou fiscalizar atividades promovidas por outras instituições, grupos, agrupamentos, setores ou segmentos da sociedade. No contexto acadêmico, esta expressão ganhou espaço na denominação de grupos de pesquisa sociais, focados em diagnosticar quali e quantitativamente os resultados de projetos, ações e práticas sociais (ARRABAL, 2012).

De acordo com Lopes (2010), pesquisadora portuguesa, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, a proliferação de Observatórios, que surgiu nos últimos dez anos no espaço público português, é sinônimo da importância do fenômeno da *accountability* (prestação de contas) nas políticas e também como um exercício de multiplicidade dos olhares possíveis sobre os fenômenos sociais, que a sociedade civil e as suas instituições personificam.

Herdeira de uma tradição positivista que elegeu o olhar externo como padrão de objetividade, a ideia de observatório se baseia na Luneta de Galileu e associa-se à necessidade de tornar visível e mapeável o que é distante e menos familiar e, por extensão, de reduzir as mudanças a fenômenos cíclicos que pudessem ser previsíveis. Daí que os Observatórios tenham estado, na sua origem, ligados a fenômenos astronômicos e meteorológicos (LOPES, 2010).

Mas para que serve um observatório? Para a autora são duas as respostas tensionais: um observatório serve para controlar a realidade que se vê e quem se vê, ou serve de espelho aos atores que nele intervêm e suas ações.

No primeiro caso, segundo Lopes (2010) se pode agrupar os observatórios que se centram nos resultados – nas evidências que tratam e produzem; que tendem a construir um olhar único, mas que desvalorizam o potencial de controvérsia associado aos processos. Os sujeitos envolvidos são dados ou veículo de recolha de dados, sem qualquer capacidade ou reconhecimento de estatuto diferente. Em outro polo, podem se agrupar os observatórios que se centram nos processos, que valorizam as interpretações dos atores, que admitem e dão lugar à multiplicidade de olhares e valorizam os atores como observadores participantes.

Para o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (2015) o observatório tem como missão contribuir para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no Brasil, considerando as múltiplas formas de desigualdades e as mulheres em sua diversidade, servindo de ferramenta para a formulação, implementação, avaliação de políticas públicas e para o controle e participação social.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2015) surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL - de criação de um Observatório de Gênero para América Latina e Caribe.

A estratégia empregada pelo Observatório Brasil da Igualdade de gênero (2015) é a disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país. Seus objetivos são: promover o acesso à informação e produzir conteúdo sobre igualdade de gênero e políticas para as mulheres; monitorar e avaliar a situação socioeconômica das mulheres brasileiras; monitorar e avaliar o alcance das políticas públicas para a igualdade de gênero; fomentar a gestão da informação; acompanhar a mídia brasileira sobre os temas mulheres e gênero.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2015) considera um conjunto de áreas temáticas, as quais perpassam seus eixos mantém o olhar voltado às múltiplas formas de desigualdade e às mulheres em sua diversidade: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; mulheres em espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; valorização da diversidade e enfrentamento às múltiplas formas de desigualdade; comunicação e cultura; Esporte; uso do tempo.

Diante dessas ações e informações nota-se a importância em desenvolver trabalhos de combate à violência contra as mulheres bem como desenvolver outras ações que considerem o respeito à diversidade e especificidade dos atores sociais envolvidos.

5.2 Proposta de intervenção: Observatório Gênero, Mulheres e Violência

A proposta de intervenção para a UFSCar consiste na iniciativa de sugerir a criação do Observatório Gênero Mulheres e Violência para a Atividade Curricular e de Integração Ensino Pesquisa e Extensão Mulheres na Administração Pública (ACIEPEs), pertencente à linha de Pesquisa de Direitos de Grupos Sociais - “Questão de gênero, etnia e inclusão social de grupos sociais”. É composta por servidoras docentes e técnicas administrativas, alunas da pós-graduação (FERRAZ, 2016).

Entende-se que a criação do Observatório Gênero, Mulheres e Violência é compatível com o objetivo principal da ACIEPe, pois essa atividade visa discussões subsidiadas por ações de coleta, organização e tratamento da informação relacionada ao tema. Deste modo se espera levar para alunos e alunas de graduação e outros interessados os novos desafios e as contribuições para o enfrentamento de problemas e superação de obstáculos.

Deve-se também buscar parcerias com grupos de estudo, núcleos e laboratórios e órgãos institucionais internos que se preocupem no combate a violência de gênero e mulheres e que são desenvolvidas na UFSCar, dos quais se destacam o núcleo de estudo, projeto de extensão, grupo de estudos e a secretarias relacionados a seguir:

Quadro 10: Experiências exitosas na UFSCar

<p>Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade coordenadores: Prof. Dr. Richard Miskolci vice-coordenadora: Prof.^a Dr.^a Larissa Pelúcio</p>
<p>Criação: 2004 - Grupo de Pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações. Após dez anos de sua criação passou a ser Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade. É registrado no <u>Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq</u> e funciona associado ao Departamento e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Objetivo: Aglutinar investigadores/as e estudantes em pesquisas sobre os usos contemporâneos das mídias digitais em uma perspectiva queer feminista pós/des-colonial. Busca contribuir para a consolidação e o fortalecimento da área de estudos de sexualidade e gênero em nosso país, tendo se notabilizado pela dedicação ao estudo, debate e divulgação da Teoria Queer. (QUERERES, 2016). Disponível em: http://www.ufscar.br/cis/grupo/. Acesso em maio, 2016.</p>
<p>Laprev - Laboratório análise e prevenção da violência – coordenadores: Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams e Dra. Rachel de Faria Brino</p>
<p>Criação: 1998 - O Laprev - Laboratório análise e prevenção da violência pretende ser um núcleo gerador de pesquisas que contribuam para uma melhor compreensão do fenômeno da violência em geral, e, em específico, da violência intrafamiliar e violência na escola e que desenvolvam projetos de intervenção com vítimas de violência e/ou agressores (sejam eles mulheres, crianças/adolescentes ou homens) e de prevenção na área de violência intrafamiliar e violência na escola. Objetivo: O LAPREV pretende ser um núcleo gerador de pesquisas que: a) contribuam para uma melhor compreensão do fenômeno da violência em geral, e em específico da violência intrafamiliar e violência na escola; b) desenvolvam projetos de intervenção com vítimas de violência e/ou agressores (sejam eles mulheres, crianças/adolescentes ou homens) e implementem projetos preventivos na área de violência intrafamiliar e violência na escola. as atividades do LAPREV estão associadas (mas não se restringem) ao "Programa de Intervenção à Vítimas de Violência Doméstica" em andamento desde 1998, por</p>

meio de estágios supervisionados de alunos de graduação em Psicologia inicialmente na Delegacia de Defesa da Mulher de São Carlos. No ano de 2000 tal estágio expandiu-se, passando a desenvolver atividades de atendimento a crianças e famílias do Conselho Tutelar de São Carlos e no ano de 2001, com a inauguração da Casa-Abrigo em São Carlos, ampliou-se o atendimento a mulheres e crianças da *Casa-Abrigo "Gravelina Terezinha Mendes"*. A partir de 2005, as mulheres e seus companheiros passaram a ser atendidos na USE (Unidade Saúde-Escola) da UFSCar, visando a interdisciplinariedade do atendimento. As atividades de estágio foram responsáveis pela apresentação de dezenas de trabalhos em Congressos Científicos em diversas cidades do Brasil e exterior, sendo que tais esforços foram considerados pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS) em 2009 como uma das práticas exemplares que incorporam uma perspectiva de gênero e etnia em Saúde. As atividades de pesquisa do LAPREV estão cadastradas no Diretório de Pesquisa no Brasil do CNPQ intituladas *Impacto da Violência sobre o Desenvolvimento Humano: Prevenção e Intervenção*. (LAPREV, 2016). Disponível em: <http://www.laprev.ufscar.br/fotoslideshow>. Acesso: maio, 2016.

Grupo de Estudos de Relações de Gênero e Feminismo Dialógico do NIASE-UFSCar (Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa).

Criação: 2007- o NIASE criou o Grupo de Relações de Gênero e Feminismo Dialógico, que vem desenvolvendo atividades de pesquisa e aprofundamento teórico em torno do Feminismo Dialógico, bem como atividades de ação com a formação de Grupos de Mulheres, em interlocução direta com CREA, e outras pesquisadoras. Desenvolveu parceria com a Divisão de Políticas para as Mulheres, da Prefeitura Municipal de São Carlos, para a extensão universitária (ação social). O Grupo de Estudos ressalta duas dimensões das relações de gênero: a) relações sociais que configuram historicamente práticas de violência e depreciação contra as mulheres; b) resistência e luta de diferentes mulheres para superar, em diálogo, esse processo de desigualdade e exclusão, bem como de desigualdades existentes entre as próprias mulheres. **GRUPO DE MULHERES: AÇÕES EDUCATIVAS, PREVENTIVAS E DE REFLEXÕES PELA IGUALDADE DE GÊNERO**. CHERFEM; SANTOS; MELLO, 2016). Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278029520_ARQUIVO_CHERFEM_artigo_modelo.pdf. Acesso: maio, 2016.

Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE). Secretária Geral: Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira

Criação: 2015 - órgão de apoio administrativo vinculado à Reitoria da Universidade Federal de São Carlos, responsável pelo estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas, diversidade e equidade para a UFSCar, bem como pela criação de mecanismos permanentes de acompanhamento e consulta à comunidade, visando verificar a eficácia dos procedimentos e a qualidade e repercussão dos resultados alcançados. E formada por três coordenadorias: **Coordenadoria de Inclusão e Direitos Humanos (CoIDH) – Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando**. Compete acolher e promover políticas, reflexões e ações que visem garantir a inclusão e acessibilidade (atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, transporte, comunicacional e digital) de servidores, estudantes e da comunidade em geral. **Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais (CoRE) – Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro**. Compete acolher e promover políticas, reflexões e ações sobre as relações étnico-raciais (gerais e institucionais) como forma de combate ao preconceito e à intolerância. **Coordenadoria de Diversidade e Gênero (CoDG) – Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça**. Compete acolher e promover políticas, reflexões e ações relativas às relações de gênero e diversidade sexual na sociedade, de modo geral, e na instituição, de modo específico, atuando no combate à violência de gênero, à homofobia e transfobia. (UFSCAR, 2016) Disponível em: <http://blog.saade.ufscar.br/?p=18>. Acesso, maio 2016.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

A criação do observatório possibilitará a disponibilização e tratamento de informações encontradas até o momento final dessa pesquisa e outras que surgirem em relação à violência contra as mulheres, especialmente nos níveis de educação e trabalho. Futuramente o Observatório poderá criar e disponibilizar, tratar dados e informações sobre o tema e outros que se fizerem pertinentes, tais como diversidade de gênero, mulheres negras, empoderamento feminino, LGTB, de forma ininterrupta.

Assim pretende-se atender ao questionamento de Saffioti (2014) que considera a mulher a categoria dominada-explorada que conhece a engrenagem patriarcal no que ela tem de mais perverso e, portanto tem obrigação de liderar o processo de mudança. A Construção do Observatório deve ser feita de forma participativa, onde os atores sociais envolvidos possam aprender, compartilhar, reaprender novas formas de atuação.

Para o diagnóstico e a intervenção se empregou a metodologia de projetos de ação pedagógica de Baiocchi e Ferreira (1972). Essa metodologia prevê a elaboração de uma matriz analítica, utilizada para o diagnóstico e demonstração as variáveis que atuam no âmbito de uma instituição, objetivando subsidiar as opções de pessoas que conduzem o processo decisório.

A matriz analítica é composta de elementos como “variáveis, indicadores, análise dos indicadores, prognósticos, soluções, pessoal necessário, material necessário, obstáculos e cronograma”, ou outros elementos que venham a se mostrar necessários. (Apêndice C, p. 96). Assim destaca-se a seguir a matriz analítica para a construção de ações de intervenção.

Variáveis: fatores que a composição e inter-relacionamento caracterizam a dinâmica do funcionamento da entidade: violência contra as mulheres e relações de gênero no trabalho e espaços de ensino.

Indicadores: elementos que caracterizam o comportamento das variáveis podem ser dados numéricos, aspectos descritivos e relacionar-se com o comportamento atual, histórico e futuro das variáveis.

A violência contra as e mulheres é um problema de grandes proporções que causa muito sofrimento. As principais violências identificadas são: física, simbólica, sexual moral e psicológica. Pode ocorrer nos lares, escolas, no local de trabalho, no campo ou nas cidades, inclusive dentro das próprias universidades. As formas de violência mais citadas são estupro, exploração sexual, escravidão doméstica, assédio moral, sexual, feminicídio.

Há pouca visibilidade das ações e experiências exitosas desenvolvidas pelas universidades federais para o combate a violência contra as mulheres, seja no âmbito externo e interno dessas instituições.

Prognósticos: são estimativas sobre comportamento futuro das variáveis com base nos antecedentes observados.

Caso a situação não seja combatida pode ocorrer pouca informação disponibilizada a comunidade externa e interna que contribuíssem de forma mais efetiva

na busca de soluções, debates e alternativas no combate a violência de gênero e mulheres; o aumento da violência contra as mulheres em seus locais de trabalho e espaço de ensino.

Ao se visibilizar as ações de combate à violência de gênero e mulheres encontradas nessa pesquisa poderá ocorrer maior conscientização sobre o tema; fomentação de novas formas de ações no combate à violência contra mulheres; diminuição do número de ocorrências de violência contra as mulheres; Melhoria nas relações interpessoais; Melhoria o ambiente de trabalho e espaço educacional.

Soluções: formas de soluções possíveis diante das variáveis estudadas: uma variável pode supor diversas soluções para visibilizar as ações de combate à violência contra as mulheres levantadas por essa pesquisa: criação do Observatório Gênero Mulheres e Violência; realização de rodas de conversa para debater o tema: gênero, mulheres e violência; criação um site para disponibilização de informações, discussões e bibliografia especializada; formação de rede e parcerias com as ONGs, prefeituras locais e outras universidades estaduais públicas e privadas; criação de grupo de pesquisa.

Quadro 11 - Matriz analítica: Indicadores, análise, prognósticos, soluções: Criação do Observatório.

Indicadores	Análise dos indicadores	Prognósticos	Soluções
<p>Dados/fatos externos: <i>Foram identificados nas universidades federais:</i> 28 núcleos de estudos; 05 observatórios, 12 cursos de extensão, 05 laboratórios, 19 grupos de estudos sobre o tema.</p> <p>Dados/fatos internos: <i>foram identificados na UFSCar relacionados ao tema:</i> 1. LAPREV - Laboratório de prevenção da Violência; 2. Grupo de estudos - Relações de Gênero, Feminismo Dialógico 3. SAADE - Secretaria de Ações afirmativas diversidade e Equidade 4. Núcleo de pesquisa: Quereres Política de Ações Afirmativas</p>	<p>Pouca visibilidade das ações e experiências exitosas desenvolvidas pelas universidades federais para o combate a violência contra as mulheres, seja no âmbito externo e interno dessas instituições</p> <p>Pouca visibilidade das ações e experiências exitosas desenvolvidas UFSCar para o combate a violência contra as mulheres, seja no âmbito externo e interno da instituição.</p>	<p>Caso a situação não seja minimizada poderá ocorrer pouca informação disponibilizada a comunidade externa e interna que contribuíssem de forma mais efetiva na busca de soluções, debates e alternativas no combate a violência de gênero e mulheres.</p> <p>Ao se visibilizar as ações de combate à violência de gênero e mulheres encontradas nessa pesquisa poderá ocorrer uma maior conscientização sobre o tema; fomentar novas formas de ações no combate à violência contra mulheres.</p>	<p>- Criação do Observatório Gênero Mulheres e Violência</p> <p>- Criação de grupo de pesquisa</p>

Fonte: Adaptado Baiocchi e Ferreira, 1972.

Para a realização dessas ações é necessário:

Pessoal: cálculo do recurso humano necessário à promoção de cada uma das soluções. Servidoras docentes e técnicas administrativas e alunas envolvidas com projetos e pesquisas sobre o tema.

Material: cálculo dos recursos materiais necessários à promoção de cada uma das soluções. Notebook; material de escritório; recursos financeiros para viagens, diárias, encontros, cursos, e palestras; compra de livros na área de gênero e mulheres e violência. (APÊNDICE D, p.97).

Obstáculos: Fatores que se opõe a realização das soluções: Cultura organizacional; Falta de recursos financeiros; Falta de apoio da administração superior; Baixa participação das pessoas envolvidas.

Cronograma: Agosto de 2016 a dezembro de 2017.

Quadro 12- Matriz analítica: recursos humanos, financeiros, obstáculos, cronograma

Pessoal necessário	Material necessário	Obstáculos	Cronograma
Servidoras docentes e técnicas-administrativas, alunas de pós-graduação interessadas	Notebook Material de escritório Recursos financeiros Material bibliográfico	1. Cultura organizacional 2. Falta de recursos financeiros 3. Falta de apoio da administração superior 4. Baixa participação das pessoas envolvidas	Agosto 2016 a dezembro 2017

Fonte: Adaptado Baiocchi e Ferreira, 1972.

Os projetos de ação pedagógica (PAP) são o detalhamento em nível operacional de algumas das soluções propostas na matriz analítica e convertidas em metas. Os PAPs constituem-se de elementos como “metas, área e nível de atuação, atividades, métodos e técnicas, cronogramas, recursos humanos e materiais”, bem como outros elementos que se apresentarem como necessários (BAIOCCHI e FERREIRA, 1972).

Avaliação a será feita observando-se: aprovação da criação Observatório Gênero mulheres e violência; número de ações e pesquisas divulgadas pelo Observatório;

realização das rodas de conversa; criação do site para divulgação de propostas, resultados e material encontrado sobre o tema.

A proposta de intervenção dessa pesquisa é, portanto, a concepção de um Observatório de Gênero, Mulheres e Violência para o Projeto de Extensão ACIEPE/Mulheres na Administração Pública da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, bem como articular parcerias com outras ações desenvolvidas na UFSCar que fortaleçam o combate a violência de gênero e contra mulheres.

Tem como propósito promover a identificação de políticas de combate à violência, o mapeamento de redes de acolhimento, o acompanhamento de indicadores, elaboração de propostas e a disponibilização de informações relevantes encontradas sobre o tema nas universidades federais pesquisadas, disponibilizando de forma organizada e sistemática para diferentes públicos e de forma contínua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como perspectiva levantar algumas ações inovadoras encontradas nas universidades federais brasileiras que tivessem como proposta o combate à violência de gênero e contra as mulheres.

A ideia é que o estudo contribuísse para a criação de práticas administrativas e pedagógicas, que permitissem a constituição de projetos e soluções alternativas para a gestão dos conflitos das relações de gênero dentro das próprias universidades.

Para o levantamento dessas ações se optou por uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, qualitativa que fez o uso da análise de conteúdo.

A partir do material analisado foram definidas as categorias: experiências exitosas consolidadas e experiências exitosas recentes desenvolvidas por essas universidades em relação ao combate à violência de gênero e contra as mulheres.

Como resultado, a pesquisa demonstrou que há necessidade de práticas de coleta, organização, tratamento e disseminação contínua de informações geradas pelas IFES.

A proposta de intervenção dessa pesquisa foi a concepção de um Observatório de Gênero, Mulheres e Violência para o Projeto de Extensão ACIEPE/Mulheres na Administração Pública da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar e criar parcerias com a SAADE, NIASE, LAPREV, núcleo de estudos QUERERES que estão localizados na UFSCar, bem como promover aproximação com a comunidade de São Carlos.

O momento histórico que vivemos marca um retrocesso para o movimento feminista e para grupos LGBT, pois vários municípios em suas novas gestões têm optado por diminuir ou cortar recursos que promovam políticas públicas sociais nessas áreas específicas, por exemplo, o caso do fechamento do Centro de Referência da Mulher em São Carlos (AUXILIADORA, 2016).

Assim, o objetivo da criação do Observatório será promover a identificação de políticas de combate à violência, o mapeamento de redes de acolhimento, o acompanhamento de indicadores, elaboração de propostas e a disponibilização de informações relevantes encontradas sobre o tema nas universidades federais pesquisadas, disponibilizando de forma organizada e sistemática para diferentes públicos.

O objetivo principal do observatório Gênero Mulheres e Violência, é a criação de diversas ações que promovam a concepção de políticas públicas mais coerentes com a realidade apresentada, acompanhem as políticas desenvolvidas, valorizando as interpretações dos atores, admitindo e dando lugar à multiplicidade de olhares, transformando-se em um foco de resistência, para a promoção de políticas públicas de combate à violência de gênero e contra as mulheres na região de São Carlos.

Portanto a criação do Observatório surgiu como a experiência mais adequada para o propósito desse estudo, que tem como uma das metas sistematizar, organizar, tratar e disponibilizar, algumas informações e ações encontradas durante essa pesquisa, sobre violência de gênero e contra as mulheres.

O observatório possibilitará a disponibilização e tratamento de informações encontradas até o momento final dessa pesquisa e outras que surgirem em relação à violência de gênero e contra as mulheres, especialmente nos níveis de educação e trabalho. Futuramente o Observatório poderá criar, disponibilizar e tratar dados e informações sobre o tema e outros que se fizerem pertinentes, tais como diversidade de gênero, mulheres negras, empoderamento feminino, LGTB, de forma ininterrupta.

Diante dessa reflexão se constatou que os observatórios encontrados na pesquisa são fontes eficazes de conhecimento para o entendimento e a construção de políticas de combate à violência de gênero e contra as mulheres nas universidades e na comunidade local.

A pesquisa observou também que ocorre um aprofundamento da fragilização da figura feminina e de sua condição humana, que as expõe a violência física, sexual, e moral cotidianamente em seus próprios lares e trabalho, causados por pessoas que

deveriam em tese ser seus colaboradores: pais, maridos, companheiros filhos, netos, chefes, patrões e mulheres de sua própria convivência que naturalizam a dominação masculina (SAFFIOTI, 2015), (BOURDIEU, 2012).

No ambiente do trabalho ou de ensino, as mulheres simplesmente podem enfrentar os mesmos tipos de problemas, pois ainda é vista por parte da sociedade (homens e mulheres e por si mesma) como objetos e não como seres humanos dotados de direitos e deveres.

Por meio dessa pesquisa se constatou a importância das universidades para elaboração de políticas públicas de combate a violência de gênero e contra as mulheres. Percebe-se que mulheres e homens que atuam nas universidades produzem pesquisa, projetos de extensão, promovem eventos sendo sua participação fundamental para elaboração, execução, monitoramento e mapeamento sobre violência de gênero e contra mulheres em diversos setores da sociedade.

Pesquisadoras e executoras de políticas de combate à violência de gênero e contra as mulheres têm grande experiência e conhecimento e precisam ser mais ouvidas e respeitadas dentro de suas organizações. Os trabalhos desenvolvidos precisam ser mais divulgados à população. É necessária a interligação entre as universidades federais do país, para que novas propostas possam surgir na elaboração de políticas públicas de combate à violência de gênero e contra mulheres dentro e fora das universidades federais.

Nota-se que apesar de todo conhecimento que produzem e ações que executam, as universidades realizam poucas ações de combate à violência de gênero e contra as mulheres para as suas próprias instituições. É imprescindível que as universidades façam uma reflexão e apliquem seus conhecimentos em causa própria, ou seja, em benefício de toda a comunidade universitária: alunos, técnico-administrativos, docentes e terceirizados.

Verifica-se, porém, que ainda existem alguns obstáculos a serem enfrentado para a concretização dessas ações que não pode ser associada exclusivamente às práticas discriminatórias, manifestas ou veladas, que visam excluir as mulheres. Para elas existem um conflito em conciliar suas vidas profissional e pessoal, e que tem origem em uma divisão sexual do trabalho que ainda lhes atribui a maior parte das responsabilidades pelo cuidado da família e do lar que condicionaram principalmente as mulheres, a portarem-se de forma não competitiva, priorizando a vida familiar e a esfera privada do domicílio, em detrimento do espaço público e profissional. Por outro lado, as

estruturas institucionais existentes nas organizações públicas, perpetuam o quadro de exclusão feminina o que se constitui também uma forma de violência (VAZ, 2013).

Assim, a grande tarefa das mulheres e homens é libertar o oprimido e o opressor, pois se perpetuar uma atitude de resignação frente às dificuldades, não haverá liberdade, conhecimento, superação, e parafraseando Freire, muitas continuarão sendo as demitidas da vida com a mão estendida em todos os campos em que atua.

Para que a práxis aconteça é preciso, portanto, compreender o caminho trilhado por mulheres e homens, especificamente no mundo acadêmico no combate a violência de gênero e contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ALVARES, M.L.M.; D'INCAO. MA. (Org.). **A mulher existe?** uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.

ARAÚJO, A.M.C; AMORIM, E.R.A; FERREIRA, V.C. **O sentido do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva.** VIII Congresso Luso-afro-brasileiro em ciências sociais. Portugal, 2004.

ARRABAL, A.K. **O que é um observatório de pesquisa? [On-line].** Disponível em: <http://www.praticadapesquisa.com.br/2012/06/o-que-e-um-observatorio-de-pesquisa.html>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

AUGUSTA, N. F. B. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens.** São Paulo: Cortez, 1989.

AUXILIADORA, R. **Centro de referência da mulher é fechado em São Carlos.** São Carlos: Promotoras legais Populares, 2016. Disponível em: <<http://promotoraslegaispopulares.org.br/retrocessos-saocarlos/>> Acesso em: 20 nov. 2016.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 1995. (Série Práticas Pedagógicas).

BAIOCCHI, J. D.; FERREIRA, N. B. O. **Montagem de projetos de ação pedagógica.** Brasília: Editora de Brasília, 1972.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROSO, C. A chefia feminina na administração pública brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p.17-30, nov. 1989/1990.

BELLO, A. R. **A evolução do Programa Pró-Equidade de Gênero: 2005-2013.** Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. São Paulo, 2014.

BERNARDES, M. E. Tensões e desafios do feminino nos consagrados espaços masculinos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013, p.1-13.

BONATTO, N. M. C. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica.** 2003. X f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. 185p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Meditações Pascalianas.** Tradução Sergio Miceli. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: editora UNESP, 2004.

BRAGA, A. **História da beleza negra do Brasil: discursos, corpos e práticas.** São Carlos: EDUFSCar, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. 17. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Lei nº 9.394:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 20 de dezembro de 1996. 9. ed. Brasília: Edições Câmara, 2014. 45 p. (Série Legislação, 118).

_____. **Lei nº 8.112, 11 de dezembro, de 1990:** Regime Jurídico Único – RJU de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2005. 342 p. Disponível em: <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/lei8112anotada/index.htm?perfilUsuario.id=&comando=Pesquisar&Download=+>> Acesso em: 30 de mar. 2014.

_____. PORTAL BRASIL. **Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores, 2015**. Disponível em:<

<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>>. Acesso dezembro 2015.

_____. Presidência da República Casa Civil. Imprensa Nacional. **Carta de serviços ao cidadão**. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

<http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/imprensa_nacional.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

_____. OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO. Disponível em:

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>> Acesso em: 16 abril, 2015.

_____. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

_____. Senado Federal. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Violência contra a mulher. Brasília, DF, jul. 2013. Relatório Final .1044p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, n. 47, jan./abr. 1996. Disponível em:

<<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>> Acesso em: 6 de maio 2014.

BRUSCHINI, C. SORJ, B. (Org.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

CAMPOI, I. C. "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 197-211, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742011000200010&script=sci_arttext>. Acesso: jan. 2014.

CARVALHO, M. E. P; FREITAS, M. J. T.; SILVA, K.I. L. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na Educação superior no norte e nordeste do Brasil. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, UFSC, 2015. P 01-17

CERVO, A.L; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mcgraw Hill, 1983.

CHERFEM, C. O; SANTOS, R. R; MELLO, R. A. **Grupo de mulheres: ações** educativas, preventivas e de reflexões pela igualdade de gênero. In: Fazendo gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, UFSC, 2010. p.1-11. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278029520_ARQUIVO_CHERFEM_artigo_modelo.pdf> Acesso em: 05 de maio 2016.

CORBIN.A.; COURTINE, J.J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade**. A virilidade em crise? Petrópolis: Vozes, 2013.

CUNHA, F. M. **Observatório da violência de gênero no Amazonas apresenta resultados em Benjamin Constant**. Manaus: INBC/UFAM, fev. 2015. Adaptado pela AScm-UFAM. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/noticias-bloco-esquerdo/3636-observatorio-da-violencia-de-genero-no-amazonas-realizou-ii-seminario-de-resultados>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n. 5, out. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>> Acesso em: 15 maio 2014.

DEJOURS, C. A. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampl. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez, 1992.

DOWBOR, L.HIRATA, H.; MARUANI M. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. Tradução de Margaret Clevi Rapkieviz. . São Paulo: Editora SENAC, 2003.

DUARTE, J; BARROS, D. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERRAZ, M.C.C. **Projeto de extensão: mulheres na Administração pública**. Universidade Federal de São Carlos, 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4.ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

FLEURY, E.T; MENEGHEL, S.N (org.). **Dicionário feminino da Infância**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Conscientização**. Tradução: LEMES, T.J.R. São Paulo: Cortez, 2016.

FURNO, J. **O projeto da terceirização e o trabalho das mulheres**. Disponível em: www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/mulheres-serao-as-mais-prejudicadas-com-a-terceirizacao-afirma-pesquisadora/>. Acesso em: 15 abr. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, maio/jun. 1995.

LABORATÓRIO ANÁLISE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. São Carlos:

LAPREV/UFSCar, 2012. Disponível em:<

<http://www.laprev.ufscar.br/fotoslideshow/laprev-1>>. Acesso em: 20 jun., 2016.

LOPES, A.M. Observatório da vida nas escolas: entre a universidade e a escola.

Momento. Rio Grande, 19 (2): p,77-87, 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, M. L. T. S. **Manual do servidor**. São Carlos: SRH/UFSCar, 2008.

MATOS, M. Gênero. In: **Dicionário feminino da Infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. FLEURY, E.T; MENEGHEL, S.N (Org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

MILLER, M.S. **Feridas invisíveis: abusos não físicos contra mulheres**. São Paulo: Summus, 1999.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Número de mulheres cientistas já se iguala o de homem**. Assessoria de Comunicação Social do CNPq, março, 2013. Disponível em: <http://cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/905361>. Acesso em: 25 ago. de 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais**. Secretaria de Gestão Pública. Vol.19 n.225, Jan 2015. Brasília: Secretaria de Recursos Humanos, 2005.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Denominações de ensino superior (IES)**. Divisão de temas educacionais, 2015. Disponível em: < www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html >. Acesso em: 13 de jan. de 2015

MOTTA, D. **Pesquisa analisa a trajetória de inserção das mulheres no ensino superior**. FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, agosto 2014. Disponível em <<http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>> Acesso em: 15 abr. 2016.

MUNHOZ, A.CARRARA, J. **UFPR receberá selo de Pró-Equidade de Gênero e Raça**. Assessoria de Comunicação Social/UFPR, 2015.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004. (Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática).

NÚCLEO DE PESQUISA EM DIFERENÇAS, GÊNERO E SEXUALIDADE. **Quereres**. São Carlos: UFSCar, 2016. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/cis/grupo/>>. Acesso: Maio, 2016.

_____. **Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres**, 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>>. Acesso em: dez.2015.

OLIVEIRA, D;YAMAJI, F.M. **O sistema de reservas de vagas da UFSCar. In: ações afirmativas: perspectivas de estudantes da reserva de vagas**. Pag:35-47. Org. SILVA, P.B.G; MORAES. D.S. São Carlos: EDFSCar, 2015.

OLIVEIRA, G. **A burocracia weberiana e a administração federal brasileira**. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro: RA, v.4-2, jul./dez. 1970.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

PAULA, A.P. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. RAE, v. 45, n. 1, p. 36-41. Jan./ Marc. 2005

PRIORE, M.D.; AMANTINO, M. (Org.). **História dos homens no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

_____. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RYCHTER, D. C.; DESCOUTURES V. DEVREUX, E.V. **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SAFFIOTI, I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: expressão Popular, 2015.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: McGraw, 2006.

_____. Campanha compromisso e atitude Lei Maria da Penha: a lei é mais forte. **Feminicídio: a última etapa do ciclo da violência contra a mulher**. Bandeira L. 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/feminicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/>>. Acesso: abril 2016.

SEVERO, M.S. (coord.) **Políticas públicas para mulheres: experiências na promoção da equidade no universo do trabalho: Brasil, Portugal Equador, Moçambique, Vietnã e Líbano**. FDIM. São Paulo: BN Editora e Publicidade LTDA, 2014.

SILVEIRA, R. M. G. **Diversidade de gêneros-mulher.** 2009. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa1_diversidade_genero.pdf.
Acesso em: out. 2014.

SILVA, A. T; NUNES P. H. **Olympe de Gouges: as mulheres e a revolução.** Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF); Núcleo de Estudos Contemporâneos. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/olympede-gouges-mulheres-e-revolucao>>. Acesso em: mar. 2015.

SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D; GUINDANE, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I, n. I, jul. 2009.

SILVA, F. L. G. **A fábrica como agência educativa.** Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

SIRELLI, P.M. **Terceirização no âmbito público estatal: estratégia (im)posta à** Universidade Federal de Juiz de Fora. **Libertas**, Juiz de Fora, v.09, n.2, p. 131 - 157, jul-dez/2009. Disponível em:
<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1857/1306>. Acesso em: 20 maio 2016.

SLEDZIEWISKI, E. G. Revolução Francesa: a viragem. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). **História das mulheres.** Porto: Afrontamento, 1991. v. 4.

TOLEDO, C. **Mulheres:** o gênero nos une a classe nos divide. Série Marxismo e opressão. 2 ed. Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermamm, 2005.

TÓVOLI, E. M. G; SEGATTO J. A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Gestão Universitária.** Araraquara: Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. p.19-67.

TRIGO, M. H. B. **A Mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero.** In: BRUSCHINI, M. C. **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil.** São Paulo: Marco zero, 1994, 285 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Secretaria de Comunicação. **Curso de extensão: Investigação, processo e julgamento de mortes violentas de mulheres com a perspectiva de gênero.** Universidade de Brasília /Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Disponível em:
<<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9662>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Observatório da Violência de Gênero no Amazonas.** Disponível em:
<<file:///F:/Nova%20pasta/Folder%20OVGAM2.pdf>.file:///F:/Nova%20pasta/Folder%20OVGAM1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher Universidade Federal da Bahia.** Disponível em:
<<http://www.neim.ufba.br/wp/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. **Observatório Lei Maria da Penha.** Disponível em:
<<http://www.observe.ufba.br/home>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL MINAS GERAIS. **Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Centro do Interesse Feminista e de Gênero.** Disponível em:
<<http://www.fafich.ufmg.br/nepem/>>. Acesso em: 20 jun., 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Observatório de gênero e diversidade** Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/observatorio/quem-somos/>>. Acesso em: 15 maio, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Núcleo de Estudos de Gênero.**

Disponível em: <<http://www.generos.ufpr.br/>>. Acesso em: 10 jul, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero.** Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Assessoria Jurídica Universitária. Grupo - Generalizando (Direitos Sexuais e de Gênero).** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saju/grupos/g8-generalizando>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Secretaria Geral de Ações

Afirmativas, diversidade e equidade. **Apresentação SAADE.** São Carlos:

SAADE/UFSCar, 2016. Disponível em: <<http://blog.saade.ufscar.br/?p=18>>. Acesso: 30 de maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Núcleo de Estudos de Gênero.**

Disponível em: <<http://www.neguem.inhis.ufu.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil.

Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013.

VENTURI, G; GODINHO T. (Org.) **Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública.** São Paulo: Editora Perseu Abramo: Edições SESC SP, 2013.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas.** Tradução:

Bottmann, D. Porto Alegre: L&PM,2013.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate.**

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICE:**Apêndice A:** Metodologia para Coleta de dados

Localizar o que se pretende encontrar nos sites das universidades:
Identificação de conceitos:
Palavras-chaves:
Características da informação:
Sistema de busca:
Sistema de busca utilizado:
Verificação de erros ortográficos que possam prejudicar a busca

Apêndice B – Formulário de análise de conteúdo

Grupo	Codificador	
Universidades Federais do Brasil	Pesquisa por palavras-chaves: Gênero Mulheres e violência	
1. Presença de palavras-chaves		
Não ()	Total:	Sim () Total:
Tipo de informação encontrada		
As informações foram encontradas nas regiões:		
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro-oeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Sudeste		
Categorias intermediárias (1)		
Grupo	Codificador	
Ações pré-selecionadas	Eventos, órgãos, políticas, projetos, redes de atendimento, publicações	
2. Ações pré-selecionadas de acordo com o referencial teórico pesquisado		
Ações foram encontradas nas regiões:		
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Centro-oeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Sudeste		
Categorias intermediárias (2)		
Grupo	Codificador	
Ações selecionadas	Premiação, observatórios, núcleos, grupos de estudo e pesquisa	
3. Tratar da temática combate a violência contra mulheres baseado no referencial teórico		
Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
<input type="checkbox"/> Premiação <input type="checkbox"/> cursos de extensão <input type="checkbox"/> laboratórios <input type="checkbox"/> Núcleo de estudos	<input type="checkbox"/> grupo de estudo <input type="checkbox"/> Observatórios	
Ações foram selecionadas nas regiões:		
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> centro-oeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Sudeste		
Categorias intermediárias (3)		
Grupo	Codificador	
Experiências classificadas	Exitosas consolidadas e exitosas recentes	
1. Ações selecionadas e classificadas em relação ao seu êxito e coerência com referencial teórico		
Sim ()	Não ()	total de ocorrências:
Categoria Inicial	Conceito norteador	Categoria Intermediária
Experiências exitosas/consolidadas () Experiências exitosas/recentes ()		
Ações classificadas por região:		
<input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> centro-oeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Sudeste		

Apêndice C – Matriz Analítica (1)

Matriz analítica			
Indicadores	Análise dos indicadores	Prognósticos	Soluções

Apêndice D: Matriz Analítica (2)

Pessoal necessário	Material necessário	Obstáculos	Cronograma